

TRANSBRASILIANA - CONCESSIONÁRIA DE
RODOVIA S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

TRANSBRASILIANA - CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Demonstrações do valor adicionado - informação suplementar

Notas explicativas da Administração sobre as demonstrações contábeis



AOS ACIONISTAS

Apresentamos a seguir o relatório das principais atividades do ano de 2023, em conjunto com as Demonstrações Financeiras elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), acrescidas do balanço social, de modo a divulgar para a sociedade, parceiros, investidores e usuários, o compromisso com a transparência da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Os valores são expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

1. INTRODUÇÃO

1.1 A Transbrasiliana

A Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia” ou “Triunfo Transbrasiliana”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, 451, centro, no município de Lins, no estado de São Paulo, e controlada indiretamente pela Triunfo Participações e Investimentos S.A. - TPI (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da BRVias Holding TBR S.A., Companhia aberta de capital nacional, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria “B”, sem ações negociáveis no mercado.

Em setembro de 2014, a Triunfo firmou contrato de compra e venda para a aquisição de 100% das quotas da empresa detentora de 100% do capital social da Companhia. Dessa forma, desde 5 de janeiro de 2015, o trecho paulista da rodovia BR-153 passou a ser administrado pela Triunfo Transbrasiliana.

Neste período, a Companhia realizou diversos investimentos, além de gerar emprego e renda para as cidades lindeiras. São mais de 600 profissionais, entre empregos diretos e indiretos, que atuam na operação, conservação e administração da rodovia, sendo 22 municípios lindeiros que originam os profissionais.

Com suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Triunfo Transbrasiliana administra o trecho de 321,6 quilômetros de extensão da Rodovia Transbrasiliana no estado de São Paulo. Iniciando no município de Icém, divisa com o estado de Minas Gerais, e terminando na cidade de Ourinhos, divisa com o estado do Paraná, a rodovia passa por 22 municípios.



Importante corredor viário para o escoamento de mercadorias e com interligações de rodovias estaduais, a via recebe em média 25,3 milhões de veículos equivalentes a cada ano.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP – DIVISA SP/PR, até 17 de fevereiro de 2033. Uma vez extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

A Companhia atualmente opera com 04 (quatro) praças de pedágio: P1 - localizada no km 35+800, em Onda Verde; P2 - localizada no km 98+900, em José Bonifácio; P3 - localizada no km 183+800, em Lins e a P4 - localizada no km 268+100, em Vera Cruz. Também estão em operação 07 (sete) Bases de Serviços Operacionais: BSO1 - localizada no km 23+700, em Nova Granada; BSO2 - localizada no km 71+800, em São José do Rio Preto; BSO3 - localizada no km 122+500, em Ubarana; BSO4 - localizada no km 173+700, em Guaiçara; BSO5 - localizada no km 217+500, em Marília; BSO6 - localizada no km 278+300, em Ocaçu e BSO7 - localizada no km 322+700, em Ribeirão do Sul.

1.2 Destaques do Ano

A atividade econômica brasileira fechou o ano de 2023 com avanço de 2,9% do Produto Interno Bruto – PIB em relação a 2022. A taxa de desemprego de 2023 média foi de 7,4%, contra 8,1% de 2022, o que corresponde a cerca de 8,1 milhões de desempregados, afetando diretamente a renda das famílias, em consequência da lenta retomada do crescimento econômico.

Como forma de mitigar os efeitos dos impactos da lenta retomada do crescimento econômico, a Companhia promoveu grandes esforços para otimizar o uso dos seus recursos. A seguir, os destaques do ano de 2023:



1.2.1 Sustentabilidade

Na Triunfo Transbrasiliiana, a sustentabilidade constitui parte fundamental da estratégia de negócios. O compromisso assumido busca contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e cultural das regiões onde a empresa está inserida, investindo em iniciativas, projetos e ações que estejam alinhados à Política Triunfo de Sustentabilidade.

A Concessionária também conta com o apoio do Instituto Triunfo, uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2007, trabalha para que as empresas Triunfo gerem benefícios sociais e incentivem o desenvolvimento sustentável das localidades que as acolhem, identificando e viabilizando oportunidades de ampliação do legado social em três eixos estratégicos: Educação e Cidadania, Proteção à Infância e Cultura.

1.2.2 Agenda Social

A Companhia atua por meio de campanhas de conscientização sobre a responsabilidade de cada um no trânsito. Mensalmente são realizadas campanhas educativas que abordam temas como os perigos de beber e dirigir, o risco de utilizar celular ao volante, os problemas causados com o descarte irregular de lixo na rodovia, utilização dos equipamentos de transporte de crianças, cinto de segurança, entre outros. Além disso, a Triunfo Transbrasiliiana desenvolve programas, projetos e iniciativas que contribuem para o desenvolvimento social:

- **Pacto Global da ONU:** a Companhia faz parte da Rede Brasil do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), iniciativa que engaja o setor empresarial em ações voltadas ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030;



- **Programa na Mão Certa:** desde 2015, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Rodovias Brasileiras, por meio do Programa Na Mão Certa, da Childhood Brasil. A Companhia atua levando informações e conscientizando a sociedade em geral sobre a importância do enfrentamento destas graves por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras;
- **Agentes de Proteção:** a Companhia adota a causa da proteção à infância por meio do projeto “Agentes de Proteção”. Lançado em 2018, com apoio do Instituto Triunfo, o projeto que é premiado e reconhecido capacita todos os profissionais da Companhia para o enfrentamento ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias. O objetivo é capacitar 100% do quadro funcional da empresa sobre o tema enfrentamento à exploração e/ou violência sexual infantil. Em 2022, todos os profissionais da empresa foram capacitados por um treinamento de atualização. Durante o treinamento, os Agentes de Proteção aprendem sobre as diretrizes e conceitos atualizados de órgãos e entidades de proteção à infância, os tipos de canais de denúncias, esclarecem dúvidas e têm a oportunidade de recordar como devem agir em casos de possíveis crimes contra crianças e adolescentes, tanto dentro quanto fora do horário de trabalho. Além disso, os profissionais tornam-se multiplicadores do canal de denúncias voltado para violação de Direitos Humanos, o Disque 100;
- **Faça Bonito:** a Companhia reforça o compromisso de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Conhecido como o Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, o dia 18 de maio é uma data marcada por ações de conscientizações que reforçam o compromisso da Concessionária de promover a garantia de direitos das crianças e adolescentes. Nessa data, a campanha Faça Bonito é divulgada em todos os canais de comunicação da empresa. A campanha é uma mobilização do Comitê Nacional de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em parceria com as Redes Nacionais de Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescente;
- **Educação para Sustentabilidade:** em parceria com o Instituto Triunfo, o projeto Educação para Sustentabilidade estimula alunos a desenvolverem iniciativas de impacto social por meio de uma plataforma online que auxilia na criação e no planejamento estratégico de negócios empreendedores, tendo como referência os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O projeto já beneficiou alunos de Lins, São José do Rio Preto e Bady Bassitt;



- **Programa Atleta do Futuro – PAF:** a Companhia acredita no esporte como fator de inclusão social, educação e cidadania e investe no Programa Atleta do Futuro – PAF, do Serviço Social da Indústria de São Paulo (SESI-SP). Desde 2018, a empresa é madrinha da iniciativa em alguns municípios limieiros. Em 2023, a Triunfo Transbrasileiana renovou os convênios de cooperação técnica do PAF com os municípios de Guaiçara, Getulina e Lins. O PAF oferece, gratuitamente, um total de 989 vagas para crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, em tênis de mesa. O objetivo é promover a formação e o desenvolvimento de crianças e jovens por meio de atividades esportivas.
- **Um Freio na Fome e Operação Inverno:** alinhada à sua Política de Sustentabilidade, a Triunfo Transbrasileiana mantém um diálogo aberto junto às comunidades limieiras a fim de fomentar a melhoria da qualidade de vida nas regiões onde atua. Algumas dessas iniciativas que beneficiam os municípios limieiros são: as campanhas Um Freio Na Fome e Operação Inverno. Coordenadas pelo Instituto Triunfo, as campanhas anuais Um Freio Na Fome e Operação Inverno promovem a entrega de cestas básicas e cobertores, respectivamente, para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade e/ou Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Em 2023, foram quase 1,8 toneladas de alimentos não-perecíveis entregues, no total, para famílias de Salto Grande e de Campos Novos Paulista, além de 200 cobertores para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pelos Fundos Sociais de Solidariedade de Getulina, Ubarana, Vera Cruz e São Pedro do Turvo, sendo 50 cobertores entregues para cada entidade. Para a escolha dos municípios beneficiados são levados em consideração os baixos Índices de Desenvolvimento Humano – IDH locais;
- **Maio Amarelo:** a Companhia planeja diversas ações de conscientização para um trânsito mais seguro. Apoiadora do Movimento Maio Amarelo, a Concessionária chama a atenção da sociedade para o alto índice de mortes e feridos no trânsito em todo o mundo. Durante todo o mês de maio, o tema se torna uma campanha educativa, com apoio da Observatório Nacional de Segurança Viária - ONSV, sobre segurança viária que é divulgada em todos os canais de comunicação da Companhia;



- **Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção:** desde 2021, a Companhia é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. Reconhecido mundialmente, o instituto tem como objetivo unir corporações para promover um mercado mais íntegro, ético e erradicar o suborno e a corrupção. A adesão ao Pacto é voluntária e as empresas participantes estão sujeitas a uma plataforma de monitoramento, um processo de autoavaliação anual com base no Guia Temático de Integridade, Prevenção e Combate à Corrupção, que a apoiará a aprimorar suas práticas de integridade em diferentes dimensões;
- **Semana Nacional de Trânsito:** com o objetivo de educar, conscientizar e promover a reflexão dos seus usuários e a sociedade em geral sobre o papel de cada cidadão na redução de acidentes, a Companhia reforça sempre no mês de setembro uma campanha educativa voltada à Semana Nacional de Trânsito (entre 18 e 25/09), do Observatório Nacional de Segurança Viária – ONSV, que é divulgada em todos os canais de comunicação;
- **Troco Solidário:** O projeto Troco Solidário, em parceria com as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) de Lins, José Bonifácio e Icém, disponibiliza urnas identificadas nas quatro cabines das praças de pedágio da BR-153/SP para arrecadação de doações espontâneas feitas por motoristas. Todo o dinheiro arrecadado será revertido integralmente às instituições para auxiliar crianças e adolescentes com deficiência intelectual, física, múltiplas ou transtorno do espectro autista.

1.2.3 Agenda Ambiental

A Concessionária desenvolve dez programas ambientais, que auxiliam nas principais questões de preservação ao longo do trecho paulista da BR-153. São eles:

- 1) Plano de Ação de Emergência (PAE);
- 2) Programa de Conscientização para Ocupação da Faixa de Domínio (PCONS);
- 3) Programa de Comunicação Social (PCS);
- 4) Programa de Educação Ambiental (PEA);
- 5) Programa de Gestão Ambiental (PGA);
- 6) Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR);
- 7) Programa de Levantamento, Monitoramento e Recuperação dos Passivos Ambientais (PLMRPA);
- 8) Programa de Monitoramento de Atropelamento da Fauna (PMAF);



- 9) Programa de Monitoramento dos Recursos Hídricos (PMRH);
- 10) Programa de Recuperação das Áreas de Preservação Permanente (PRAPP).

Além dos programas, a empresa possui projetos voltados às comunidades lindeiras com o objetivo de deixar um legado ambiental, como:

- **Nascentes de Vida:** a Companhia prioriza o uso racional de recursos naturais e busca soluções que permitam reduzir os impactos de suas atividades a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Uma dessas iniciativas é o programa de educação ambiental “Nascentes de Vida”. O programa, que teve início em 2018 e já atendeu quase 3 mil alunos, contribui para a preservação de nascentes no Horto Municipal de Lins e conscientiza de forma interativa e pedagógica alunos da rede municipal de ensino de Lins sobre a importância de evitar a escassez da água. Em parceria com a

Prefeitura Municipal de Lins, por meio das Secretarias Municipais de Educação, de Meio Ambiente e Agropecuária, em 2023, quase 130 alunos de cinco escolas da rede pública participaram da roda de conversa sobre o tema, de trilha ecológica para conhecer e entender a importância de uma nascente modelo no ecossistema, oficina para confecção de mini terrários e aprenderam sobre o ciclo da água e seu respectivo impacto no clima;

- **Programa de Multiplicadores em Educação Ambiental:** Desde 2015, a Companhia capacita os professores da rede pública para ensinarem seus alunos sobre como devem preservar o meio ambiente através do programa “Multiplicadores em Educação Ambiental”. O objetivo é incentivar o desenvolvimento de ações ambientais adequadas à realidade das comunidades. Os educadores participam de atividades teóricas e práticas sobre o meio ambiente que são divididos em quatro módulos e que resultam na edição do Caderno do Professor;
- **Projeto Nossa Fauna:** o projeto tem como objetivo fomentar a preservação da biodiversidade da região, através de atividades, com informações sobre os biomas e fauna local, estimulando alunos da rede municipal de ensino a identificarem as espécies de animais e suas interações com a natureza, além de estimular o sentimento de preservação do Meio Ambiente.



- **Bituqueiras ecológicas:** a Companhia possui bituqueiras ecológicas instaladas nas Praças de Pedágio e Bases de Atendimento aos Usuários. Além de estimular o descarte correto de guimbas de cigarro, todos os filtros são recolhidos e reciclados, passando por um processo em que se transformam em massa de celulose, que é a base para se fazer o papel. Na sequência, os papéis reciclados são doados para instituições e escolas, que fazem um trabalho de inclusão social e de geração de renda em comunidades. De agosto de 2021 até fevereiro de 2023, mais de 22 mil bitucas foram coletadas e recicladas.
- **Projeto Transformar:** com o projeto socioambiental “Transformar”, a Companhia reutiliza materiais que se seriam descartados como faixas, banners feitos de lonas e uniformes antigos usados pelos profissionais da empresa para confecção de ecobags, estojos, necessários e sacolinhas de câmbio (lixeiras). Além de gerar emprego e renda para a comunidade, por meio do projeto é possível dar um destino ecologicamente correto aos resíduos que antes não seriam reaproveitados e preservar o meio ambiente;
- **Reposição florestal:** a Companhia já realizou o plantio de mais de 140 mil mudas de espécies nativas em uma área degradada de aproximadamente 70 hectares, às margens do Rio Tietê, em Jacanga (SP). O rio é um dos principais do estado de São Paulo e corta o trecho sob concessão passando pelo município limdeiros de Promissão. A reposição florestal, iniciada em 2019, gera impactos positivos para a região como a geração de empregos, o aumento da biodiversidade e a redução da poluição.
- Por meio do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD), a Triunfo Transbrasiliana é responsável pela reposição florestal e manutenção da área com o objetivo de atender os indicadores de desempenho previstos no próprio projeto de recuperação. A Companhia também possui uma equipe exclusiva para o projeto, composta por profissionais que realizam serviços diários de plantio, adubação, irrigação, manutenção e conservação das mudas.

1.2.4 Agenda Econômica

Todos os meses a Triunfo Transbrasiliana faz o repasse do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN aos 22 municípios limdeiros, que estão localizados no entorno da rodovia. O repasse, que segue a Lei Complementar nº 116 de 2003, é uma das formas de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades onde a Companhia possui suas operações e que podem ser investidos pela gestão municipal nas áreas da saúde, educação e/ou infraestrutura, por exemplo.



Durante todo o ano de 2023, a Companhia repassou mais de R\$ 10,8 milhões de impostos às cidades limdeiras. Para determinar o valor a ser destinado é realizado um cálculo de acordo com a extensão da BR-153/SP no território de cada município, independentemente da existência ou não de praça de pedágio.

Das 22 cidades limdeiras, as que mais arrecadaram o imposto no ano passado foram Promissão, Marília e São José do Rio Preto, com pagamentos de R\$ 1.015.105,77, R\$ 971.730,02 e R\$ 922.216,60, respectivamente. Além do repasse do imposto, a Triunfo Transbrasiliana desenvolve diversos programas, projetos e ações que vão ao encontro das diretrizes da agenda *Environmental, Social and Governance (ESG)* e dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

1. Prêmios e Certificações

A Triunfo Transbrasiliana se mantém disposta a estabelecer relações transparentes e éticas com as comunidades em que está inserida, por meio do diálogo aberto e do envolvimento com iniciativas de interesse da população local. Como resultado destes esforços recebe prêmios e reconhecimentos constantes.

- Certificada, desde 2010, nas normas internacionais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, respectivamente qualidade, meio ambiente e segurança do trabalho, devido ao compromisso com a sustentabilidade e a preservação da natureza. Em 2020, a Concessionária foi certificada na norma internacional 45001 – Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional substituindo a OHSAS 18001. Em 2022, a Companhia passou a ser certificada na ISO 37001, norma internacional responsável por estabelecer os padrões de eficácia de um Sistema de Gestão Antissuborno (SGAS);
- Premiada em 3º lugar no Ranking Benchmarking Brasil 2015, com o projeto “Multiplicadores em Educação Ambiental – Caderno do Professor”. A premiação, concedida pelo programa Benchmarking Brasil, do Instituto Mais, valoriza as ações voltadas à sustentabilidade no dia a dia das organizações;
- Premiada em 2016 com o Troféu Dourado pela atuação conjunta à ONG SOS Rio Dourado, em atividades e projetos ambientais realizados durante o ano. A organização não governamental, sem fins lucrativos, desenvolve ações e programas de proteção, recuperação e preservação ambiental na região de atuação da Companhia;



- Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil por suas ações em defesa da infância e contra a exploração de crianças e adolescentes em rodovias brasileiras (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022);
- Certificada e reconhecida pela Childhood Brasil pela execução do Projeto Soluções e Ferramentas versão 1.0, com a estratégia de atuação focada em Lideranças e Público interno, voltada ao combate e à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias brasileiras (2018);
- Certificada pela *Great Place To Work* (GPTW) como uma das melhores empresas para trabalhar (2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023). A GPTW é uma renomada consultoria internacional que avalia empresas e identifica aquelas que possuem os melhores ambientes de trabalho em 50 países no mundo. A pesquisa avaliou a satisfação dos profissionais da Concessionária sobre temas como carreira, desenvolvimento e qualidade de vida;
- Premiada em 2018 e 2019 pela *Great Place To Work* (GPTW) no Ranking Interior Paulista;
- Reconhecida, em 2018, como empresa parceira do 7º FESTUB – Festival de Teatro de Ubarana. A Concessionária incentiva iniciativas de interesse das comunidades onde está inserida e contribui para o desenvolvimento cultural da região;
- Reconhecida, em 2019, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA) de Lins com o selo “Empresa Amiga” durante o evento “Proteção em rede: o papel de cada um de nós na proteção de crianças e adolescentes”. O encontro reconheceu a Companhia pelas boas práticas no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de campanhas de conscientização dos usuários e pela capacitação dos profissionais quanto a importância de reportar as ocorrências para o canal de denúncias de violações de Direitos Humanos, o Disque 100;
- Reconhecida durante o Prêmio ODS Pacto Global 2019 como uma das melhores práticas do país inspiradas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O projeto “Agentes de Proteção”, desenvolvido em parceria com o Instituto Triunfo no ano de 2018, capacitou os profissionais da Concessionária no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes nas rodovias e foi finalista da primeira edição do prêmio, na categoria Pequenas e Médias Empresas (PMEs), no Eixo Parceria;



- Reconhecida, em 2019, como uma das melhores práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos com os cases “Gestão de Contratos: Efetividade e Economia”; “Danos ao Patrimônio: Recuperação de Crédito” e “Elaboração de Políticas e Procedimentos: Otimização do Trabalho” durante o V Prêmio de Melhores Práticas na Gestão de Departamentos Jurídicos realizado pela Inteligência Jurídica – InteliJur e Fórum de Departamentos Jurídicos e os Advogados e Prestadores de Serviços – FDJUR. O prêmio reconhece os melhores projetos desenvolvidos pelos jurídicos de empresas dentro do cenário nacional, valorizando o trabalho dos profissionais da área e promovendo a troca de experiências e conhecimentos;
- Reconhecida, em 2019, com o selo “Melhores Práticas Jurídicas – prática certificada” pela Inteligência Jurídica – InteliJur;
- Reconhecida como uma das empresas destaque no setor de infraestrutura pelo Guia Exame de Sustentabilidade 2019. Considerado o maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país, a publicação reconhece as empresas e iniciativas de referência no ano,

em diferentes áreas. A Exame chegou à lista das 77 melhores empresas, divididas em 19 setores;

- Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2019, na categoria Serviços, com sessões do filme “Mundo Sem Porteira”. Ao todo, 92 empresas se inscreveram na premiação que foi dividida nas categorias: Embarcador, Transportador e Serviços. A Concessionária realizou 11 sessões e contou com a participação de mais de 500 espectadores;
- Vencedora do Prêmio Ozires Silva de Empreendedorismo Sustentável 2020, na categoria Empreendedorismo Social – modalidade Médio Porte, com o projeto de proteção à infância “Agentes de Proteção”. O projeto foi reconhecido como uma das melhores práticas empreendedoras sociais do país. Mais de 100 projetos inscritos, 48 foram selecionados para a etapa final e apenas 20 foram premiados;



- Reconhecida em 2020, 2021 e 2022 pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) como a primeira colocada entre as cinco concessionárias federais mais bem avaliadas, no Índice de Desempenho Ambiental (IDA). No entanto, em 2023, alcançou a segunda colocação. A Agência analisou a evolução e o comprometimento socioambiental das concessionárias no setor de infraestrutura de transportes do país. O IDA avaliou 15 indicadores de desempenho socioambiental e 34 critérios, como: Política Ambiental Institucional, práticas voltadas à biodiversidade, tecnologias e boas práticas socioambientais inovadoras;
- Signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, iniciativa do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;
- Certificada, em 2020, 2021, 2022 e 2023 pelo Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro (CRCRJ), como Empresa Cidadã. O reconhecimento é conferido às empresas que reportam informações contábeis e socioambientais de qualidade nos relatórios anuais da Companhia;
- Vencedora da 11ª edição do Prêmio Neide Castanha em 2022 na categoria “Responsabilidade Social” com o projeto Agentes de Proteção. O Prêmio é uma homenagem a Neide Castanha, reconhecida defensora dos direitos humanos que dedicou parte de sua vida a lutar contra a violência a que são submetidas crianças e adolescentes no Brasil;
- Vencedora do Prêmio Via Viva 2021, 2022 e 2023, do Ministério da Infraestrutura, no setor “Rodoviário”. O reconhecimento é dado às Concessionárias que possuem boas práticas em sustentabilidade utilizando como critério o resultado do Índice de Desempenho Ambiental (IDA), da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o setor de infraestrutura de transportes;
- Vencedora do Prêmio Destaque Circuito de Cinema Na Mão Certa 2023, na categoria Serviços, com sessões do filme “Eu tenho uma voz”. A Concessionária realizou 14 sessões e contou com a participação de mais de 800 espectadores.



3. CONTEXTO SETORIAL

3.1 Receitas e Mercados

Em 26 de novembro de 2020, através da publicação no Diário Oficial da União - D.O.U. da Deliberação nº 476 de 24 de novembro de 2020, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 12ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,69950 para R\$ 2,72175 e a 12ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ R\$ 2,72175 para R\$ 2,40346. O reajuste indicou o percentual positivo de 3,27% (três inteiros e vinte e sete centésimos por cento), correspondente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista a recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, de R\$ 5,20 para R\$ 4,70, nas praças de pedágio P1 (Onda Verde), P2 (José Bonifácio), P3 (Lins) e P4 (Marília).

Ocorre que, em 27 de novembro de 2020, por meio da publicação no D.O.U. da Deliberação nº 481 de 26 de novembro de 2020, a diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, em virtude de determinação judicial constante nos autos da Ação Judicial nº 1065836-19.2020.4.013400 que deferiu o pedido de suspensão da redução tarifária, suspendeu a aplicação da Deliberação nº 476, de 24 de novembro de 2020 (publicada em 26 de novembro de 2020) e, por conseguinte, a prática da Tarifa Básica de Pedágio nela aprovada, tendo sido inclusive referendada pela Deliberação nº 02 de 22 de janeiro de 2021 (publicada no D.O.U em 26 de janeiro de 2021), estando portanto, vigente, a Deliberação nº 989 de 12 de novembro de 2019, devidamente publicada no D.O.U em 14 de novembro de 2019, da qual a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 11ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,84787 para R\$ 2,84577 e a 11ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ R\$ 2,84577 para R\$ 2,69950.

O reajuste indicou o percentual positivo de 4,04% (quatro inteiros e quatro centésimos por cento), correspondente à variação do IPCA no período, com vista à recomposição tarifária, em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, antes do arredondamento, de R\$ 5,22275 para R\$ 5,15044. Portanto, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, ficou em R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP.



Em 15 de abril de 2021, após decisão prolatada pelo TRF da 1ª Região, que deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, foi publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) a Deliberação ANTT nº 134, de 14 de abril de 2022, por meio da qual a ANTT autorizou a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A a implementar a tarifa de pedágio de que trata a Resolução nº 4.973, de 16 de dezembro de 2015, de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP.

Em 16 de novembro de 2022, através da publicação no Diário Oficial da União – D.O.U., da Deliberação nº 340 de 11 de novembro de 2022, a Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no uso de suas atribuições, aprovou a 13ª Revisão Ordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de 2,40346 para R\$ 2,41302 e a 13ª Revisão Extraordinária, que alterou a Tarifa Básica de Pedágio de R\$ R\$ 2,41302 para R\$ 3,89183. O reajuste indicou o percentual positivo de 4,31% (quatro inteiros e trinta e um centésimos por cento), correspondente a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período, com vista a recomposição tarifária. Em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio reajustada, após arredondamento, passou, a partir de zero hora do dia 18 de novembro de 2022, de R\$ 7,70 para R\$ 8,00, nas praças de pedágio P1, em Onda Verde/SP; P2, em José Bonifácio/SP; P3, em Lins/SP; e P4, em Marília/SP. Os temas controvertidos da 12ª e 13ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões.

Em 21 de julho de 2023 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o reajuste da tarifa básica de pedágio da Transbrasiliana. De acordo com Deliberação Nº 229, publicada no Diário Oficial da União – DOU, na edição nº 140, a partir de zero hora do dia 28 de julho de 2023, a tarifa básica passou de R\$ 8,00 para R\$ 8,90 (data base: ano de 18/12/2021). Em 16 de outubro de 2023 a ANTT, conforme deliberação nº 353, publicada no Diário Oficial da União – DOU, na edição nº 197 aprovou, a partir de zero hora de 20 de outubro de 2023, o reajuste da tarifa básica pedágio de R\$ 8,90 para R\$9,40, (data-base: de 18/12/2022), em 5,90%. Vale esclarecer que os temas controvertidos da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões e,

portanto, as tarifas recebidas em razão dessas alterações não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão.



Em 25 de agosto de 2023 o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantajosidade de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12/12/2023 a controlada Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19/12/2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A e CONJUR para suas respectivas avaliações. Conforme rito estabelecido na Portaria, o processo passará por análise e deliberações do Ministério dos Transportes, ANTT e TCU.

3.2 Meios de Cobrança

Meios de Cobrança - mil	2023	2022	Δ%
Veículos Pagantes	11.015	10.817	1,8%
Manual	4.795	5.775	-17,0%
Automática	6.220	5.042	23,4%

A Companhia dispõe de dois meios de cobrança: a cobrança realizada nas cabines pelos nossos arrecadadores (cobrança manual) e a cobrança por meio de dispositivos eletrônicos – das operadoras Sem Parar/Via Fácil, ConectCar, Move Mais, Greenpass e Veloe, nas pistas automáticas (Cobrança Automática). O tráfego das pistas manuais apresentou redução de 980 mil veículos (-17,0%). O tráfego das pistas automáticas apresentou um aumento de 1.178 mil veículos (23,4%).

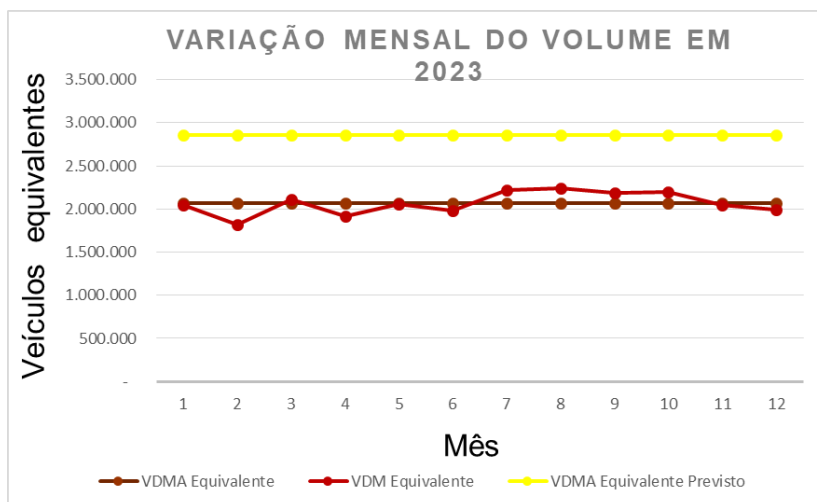


4. INDICADORES OPERACIONAIS

4.1 Caracterização do Tráfego

4.1.1 Volume

No gráfico abaixo é apresentado o Volume Diário Médio Equivalente por mês e ano, VDM e VDMA respectivamente, como também o Volume Diário Médio Equivalente previsto na proposta.



O VDMA equivalente realizado ficou abaixo do VDMA equivalente previsto no contrato de concessão, ainda em função dos diversos fatores macroeconômicos que ocorreram ao longo do contrato de concessão e que possuem efeitos acumulados até a presente data.

4.2 Segurança do Trânsito

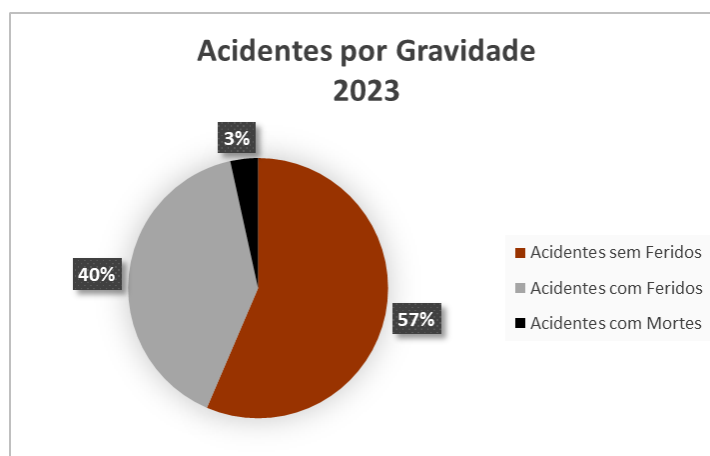
4.2.1 Acidentes

Os gráficos apresentam os percentuais de acidentes ocorridos no trecho concedido, classificados por gravidade, total de pessoas envolvidas e a quantidade de sinistros por tipo de veículo no exercício corrente e no exercício anterior.

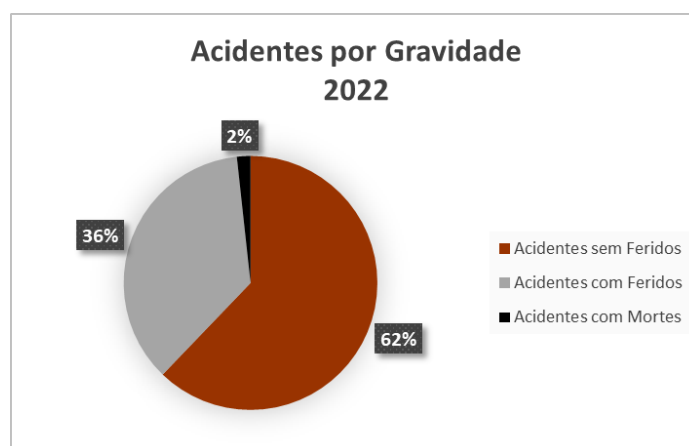
O gráfico abaixo apresenta o percentual dos principais acidentes por gravidade detectados no trecho concedido da rodovia.



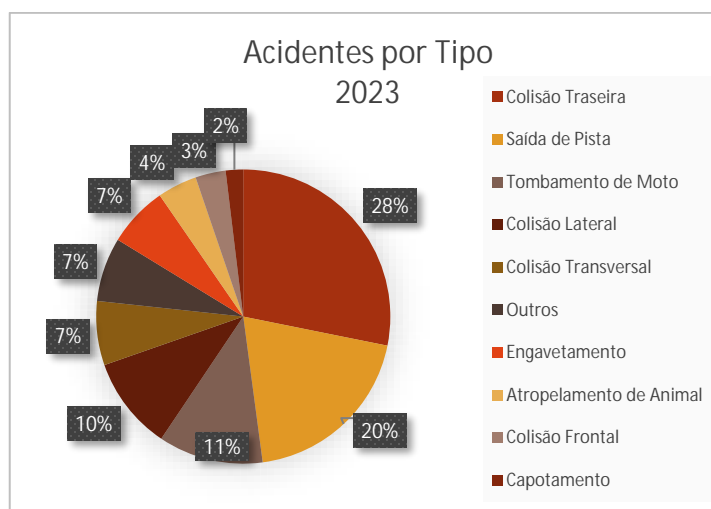
Percentual e acidentes por gravidade em 2023

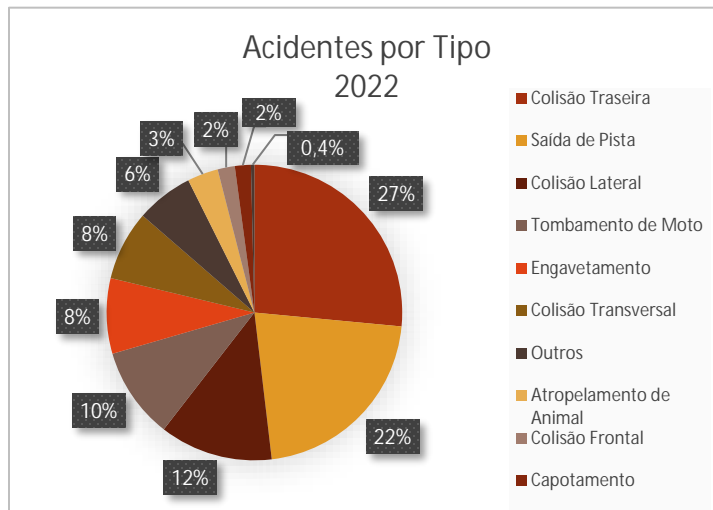


Percentual e acidentes por gravidade em 2022

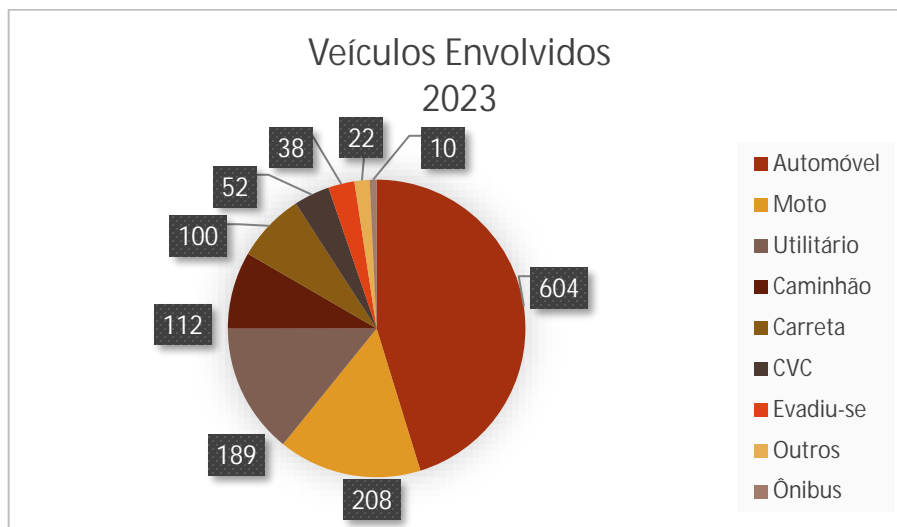


O gráfico abaixo apresenta o valor em percentual dos principais tipos de acidentes detectados no trecho concedido da rodovia.

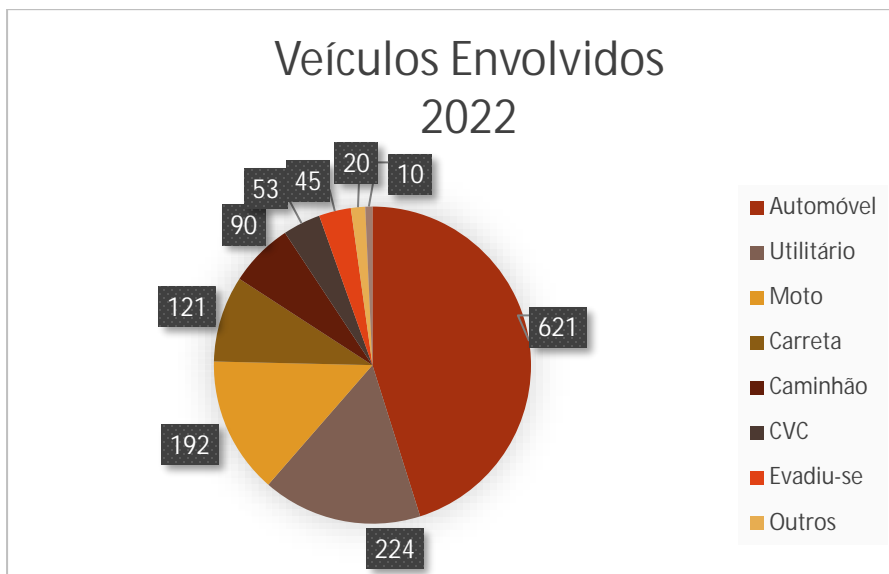




O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de sinistros por tipo de veículos no trecho concedido da rodovia

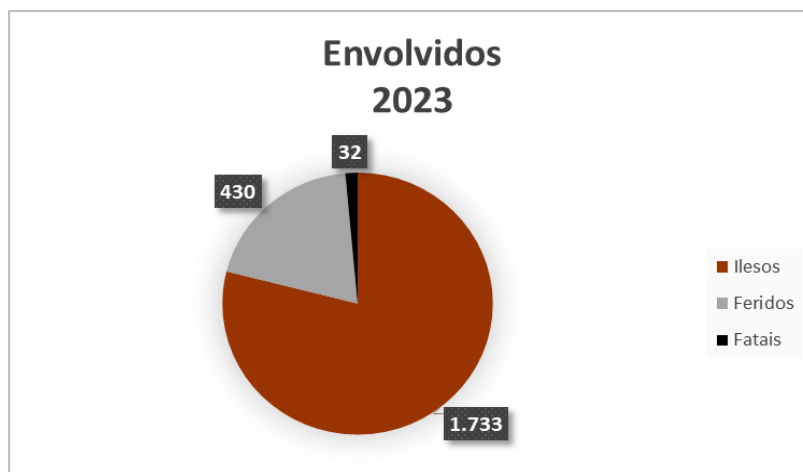


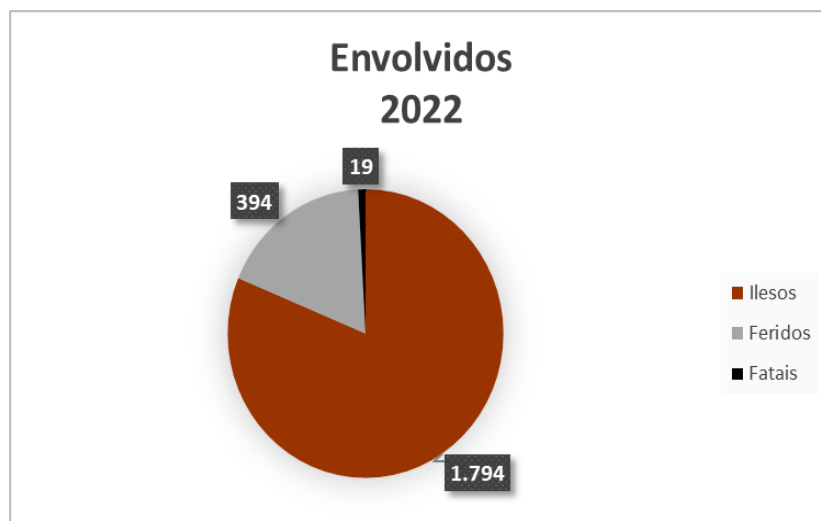
*Combinação Veicular de Carga – CVC



Combinação Veicular de Carga - CVC.

O gráfico abaixo apresenta o quantitativo de pessoas envolvidas nos sinistros no trecho concedido da rodovia. Observa-se que houve aumento do número de sinistros (fatais) no ano de 2023, comparado ao ano de 2022.





4.3 Dados de Operação da Concessão

4.3.1 Veículos Alocados

Na tabela abaixo são apresentadas as quantidades de veículos utilizados pela Concessionária na operação em dezembro/2023. Com o objetivo de permitir a comparação proporcional dos valores apresentados entre concessionárias, a quantidade de veículos é dividida pela extensão da via sob concessão. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de veículos pela extensão total é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 100 para facilitar a análise.



Tipos de veículos alocados na concessão

Tipo de veículo	Quantidade	Qtde/100km
Inspeção de Tráfego	5	1,55
Vigilância Patrimonial	1	0,31
Guincho Leve	8	2,49
Guincho Pesado	2	0,62
Resgate	8	2,49
UTI	2	0,62
Apreensão de animais	1	0,31
Combate à Incêndios	1	0,31
Total de veículos operacionais	28	9,02
Administração Operações	1	0,31
Administração Tráfego	1	0,31
Apoio à Operação (Guindauto)	1	0,31
Carretinha/ Reboque	5	1,87
Administração Pedágio	1	0,31
Manutenção Predial	1	0,31
Manutenção Eletroeletrônica	4	1,24
Conservação de Rotina	5	1,55
Apoio à Conservação Rotina	9	2,80
Veículo Administrativo	6	1,87
Veículo Engenharia	1	0,31
Veículo Obras	2	0,62
Roçada Mecânica	6	1,87
Manutenção Meio Ambiente	2	0,62
Veículo ANTT	2	0,62
Mini Retroescavadeira	1	0,31
Retroescavadeira	1	0,31
Mini carregadeira	1	0,31
Veículo Diretoria	3	0,93
Transporte Roçada	10	3,11
Doblo	8	2,49
Spin	2	0,62
Trator	6	1,87
Retroescavadeira Cons.	2	0,62
Total de veículos de apoio	81	25,50
Total de veículos	109	34,51



4.3.2 Funcionários Alocados

São apresentados na tabela abaixo as quantidades de funcionários empregados pela Concessionária na operação da concessão em dezembro/2023. Para facilitar a interpretação e a comparação proporcional dos valores apresentados entre as concessionárias, é acrescentada uma coluna que divide a quantidade total de funcionários pelo VDMA da via concedida. Uma vez que o valor do resultado da divisão da quantidade de funcionários pelo volume diário de veículos é muito pequeno, o resultado é multiplicado por 10.000 para facilitar a análise.

Tipos de funcionários alocados na operação da concessão

Tipo de Função	Quantidade	Qtde/VDMA
Gerente de Operações e Segurança Viária	1	0,40
Coordenador de Tráfego	1	0,40
Assistente de Operações	4	1,61
Operador de Tráfego	53	21,36
Operador de Guincho Pesado	10	4,03
Operador de Guindauto	1	0,40
Auxiliar de Operações	7	2,82
Operador de CCO	9	3,63
Atendente de 0800	4	1,61
Médico	18	7,25
Enfermeiro	6	2,42
Socorrista	105	42,31
Total de pessoal Operacional	219	88,25
Coordenador de Arrecadação	1	0,40
Controlador de Pedágio	16	6,45
Agente de Pedágio	82	33,04
Auxiliar de serviços Gerais	4	1,61
Total de Pessoal de Pedágio	103	41,51
Total	322	129,76



4.4 Aspectos Financeiros

4.4.1 Receitas (em R\$ mil)

A seguir apresentamos a receita da concessionária em 2023 e o valor da receita acumulada desde o início da concessão, correspondente à receita obtida com pedágios e com outras fontes, sejam elas complementares, extraordinárias, alternativas ou provenientes de projetos associados.

R\$ mil	2023	Acumulado
Receita com Pedágio	210.812	1.721.419
Receita extraordinária	5.472	53.304
Total	216.284	1.774.723

As seguintes tabelas mostram, respectivamente, os valores dos investimentos e da cobertura dos custos operacionais realizados em 2023, assim como os valores acumulados desde o início da concessão.

4.4.2 Investimentos (em R\$ mil)

R\$ mil	2023	Acumulado
Investimentos	79.363	994.755

4.4.3 Custos Operacionais (em R\$ mil)

R\$ mil	2023	Acumulado
Custos Operacionais	250.661	1.128.073

Tarifas de Pedágio

A tabela abaixo apresenta os valores referentes às tarifas praticadas no ano base em cada praça de pedágio, por categoria e veículo.

Valor da tarifa por praça de pedágio (em R\$ mil)

Categoria	Categoria de veículos													
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	65
Eixos	2	2	3	3	4	4	5	6	1	7	8	9	10	11
Rodagem	Simples	Dupla	Simples	Dupla	Simples	Dupla	Dupla	Dupla	Simples	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla	Dupla
Praça 1 - Onda Verde (Km 35,800)	9,40	18,80	14,10	28,20	18,80	37,60	47,00	56,40	4,70	65,80	75,20	84,60	94,00	103,40
Praça 2 - José Bonifácio (Km 98,900)	9,40	18,80	14,10	28,20	18,80	37,60	47,00	56,40	4,70	65,80	75,20	84,60	94,00	103,40
Praça 3 - Lins (Km 183,800)	9,40	18,80	14,10	28,20	18,80	37,60	47,00	56,40	4,70	65,80	75,20	84,60	94,00	103,40
Praça 4 - Marília (Km 268,100)	9,40	18,80	14,10	28,20	18,80	37,60	47,00	56,40	4,70	65,80	75,20	84,60	94,00	103,40



5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Veículos Equivalentes Pedagiados

Volume de Tráfego - mil	2023	2022	Δ%
Veículos Equivalentes Pagantes	24.815	24.977	-0,6%
Leves	7.196	6.866	4,8%
Pesados	17.620	18.111	-2,7%

Em 2023, foram pedagiados 24,8 milhões de veículos equivalentes, uma queda de -0,6% em relação a 2022. O tráfego leve da rodovia tem se restabelecido aos patamares anteriores ao período da pandemia, porém o tráfego pesado sofre impacto decorrentes do aumento do eixo suspenso (lei dos caminhoneiros) e impactos com o fechamento temporário do Porto de Navegantes, em Santa Catarina, um dos principais portos exportadores de madeira do Brasil, por 17 dias em outubro devido a intensas chuvas.

6 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

6.1 Valor adicionado

Em 2023, o valor adicionado líquido gerado pela Concessionária foi de R\$ 100,6M, uma queda de -3,50% em relação a 2022, cujo valor adicionado foi de R\$ 104,2M. Esta variação deve-se principalmente a redução do lucro.

6.2 Receita Operacional

R\$ - mil	2023	2022	Δ%
Receita Líquida	262.077	259.769	0,9%
Receitas de Pedágio	210.812	193.220	9,1%
Receitas Acessórias	5.472	4.469	22,4%
Receitas de Construção (IFRS)	64.471	79.377	-18,8%
Tributos incidentes	(18.678)	(17.297)	8,0%
Receita Líquida Ajustado¹	197.606	180.392	9,5%

¹ Exclui Receitas de Construção e Provisões



- **Receita de Pedágio** – A receita com pedágio em 2023 foi de R\$ 210,8M, o que representou um aumento de R\$ 17,6M em relação ao ano anterior, devido a alteração no valor da tarifa de pedágio, em 21 de julho de 2023, de acordo com Deliberação N° 229, publicada no Diário Oficial da União – DOU, na edição nº 140, a partir da zero hora do dia 28/07/2023, a tarifa básica passou de R\$ 8,00 para R\$ 8,90 e para R\$ 9,40 a partir do dia 20/10/2023, em função da Deliberação da ANTT nº 353 de 16 de outubro de 2023.
- **Receitas Acessórias** – As receitas acessórias somaram R\$ 5,5M em 2023, aumento de R\$ 1,0M em relação à 2022, proveniente do reajuste anual dos contratos de receitas extraordinária e reconhecimentos retroativos para regularização de novas instalações.
- **Receitas de Construção** – Foram apurados como receita de construção (IFRS) para 2023 e 2022 os valores de R\$ 64,4M e R\$ 79,3M, respectivamente sem qualquer impacto no resultado, uma vez que esse montante é totalmente anulado com os custos de construção, devido à adoção de margem zero para os serviços de construção.

6.3 Custos e Despesas

R\$ - mil	2023	2022	Δ%
Custos e Despesas	218.630	208.560	4,8%
Pessoal	33.816	29.365	15,2%
Amortização intangível e ativos de contrato	48.335	40.396	19,7%
Serviços de terceiros	9.166	8.476	8,1%
Conserv. de revestimento vegetal	482	426	13,1%
Conserv. de pavimento flexível	9.170	7.751	18,3%
Serviço de atendimento hospitalar	9.096	9.050	0,5%
Custo de contrato concessão	9.072	7.934	14,3%
Provisão para manutenção	678	840	-19,3%
Custo de construção	64.471	79.377	-18,8%
Material, equipamentos e veículos	14.990	16.436	-8,8%
Remuneração dos diretores	3.350	3.218	4,1%
Serviço de consultoria jurídica	4.153	2.954	40,6%
Baixa e perdas com PCLD	-	5.217	0,0%
Depreciação do imobilizado	1.886	2.573	-26,7%
Outros	9.965	4.981	100,1%
Custos e Despesas Ajustados¹	103.938	86.214	20,6%



- **Custos com pessoal** – O aumento nos gastos com pessoal teve como principais fatos o reajuste do Acordo Coletivo e reajuste anual concedidos por lei (assistência médica, vale refeição/alimentação, vale transporte, entre outros).
- **Serviços de Consultoria Jurídica** – Contratação de escritórios de assessoria especializada para acompanhamento de arbitragem e ações estratégicas.
- **Conservação de pavimento flexível** – Contratação de novas equipes para atender ao período de chuva.
- **Custo de Contrato de concessão** – Aumento dos gastos relacionados aos seguros da rodovia/garantia e a verba de fiscalização.
- **Baixa e perdas com PCLD** – Reversão de provisão para devedores duvidosos em virtude do recebimento de títulos a receber judicializados em 2022.

6.4 Resultado Financeiro

R\$ - mil	2023	2022	Dif.	Δ%
Receitas Financeiras	22	2.145	(2.123)	-99,0%
Rendimento de aplicações financeiras	22	2.145	(2.123)	-99,0%
Despesas Financeiras	(40.912)	(38.465)	(2.447)	6,4%
Juros sobre Financiamentos	(34.977)	(30.738)	(4.239)	13,8%
Outras	(5.935)	(7.727)	1.792	-23,2%
Resultado Financeiro	(40.890)	(36.320)	(4.570)	12,6%

O resultado financeiro da Companhia em 2023 totalizou R\$ 40,9M de despesas financeiras líquidas, o que representa um aumento de R\$ 4,6M em relação a 2022. Este aumento ocorreu principalmente pelo aumento nas taxas de juros.



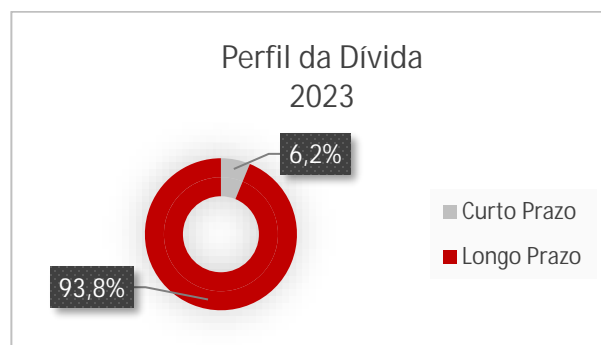
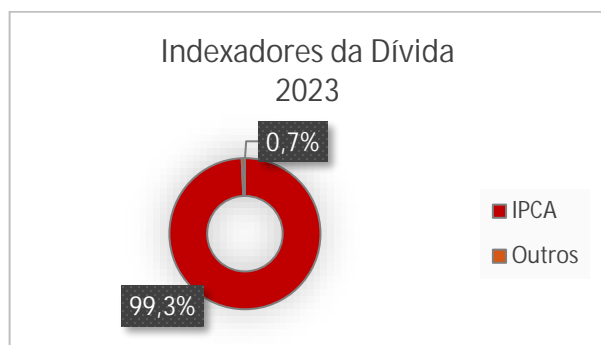
6.5 Disponibilidade e Endividamento

6.5.1 Captações de Recursos

Em 24 de março de 2022, foi aprovada a 8ª (oitava) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão, com carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal. Sobre o principal da dívida incidem juros IPCA + 9,6% a.a.

Endividamento R\$ mil	2023	2022	Δ%
Curto Prazo	19.506	4.163	368,6%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	19.506	4.163	368,6%
Longo Prazo	294.381	280.780	4,8%
Empréstimos, Financiamentos e Debentures	294.381	280.780	4,8%
Dívida Bruta	313.887	284.943	10,2%
Caixas e Equivalentes de Caixa	18.100	23.763	-23,8%
Dívida Líquida	295.787	261.180	13,3%
EBITDA	93.668	94.178	-0,5%
Dívida Líquida/ EBITDA	3,16	2,77	13,9%

A Companhia encerrou o exercício com saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$ 18,1M, inferior ao saldo de 2022 que foi de R\$ 23,8M. O saldo da dívida bruta em dezembro/2023 é de R\$ 313,9M, um aumento de R\$ 10,2M em relação ao saldo de dezembro/2022, motivada pela apropriação de juros e pela amortização das debêntures. A dívida está concentrada no longo prazo em que temos 93,8% do total.





6.6 Principais Investimentos

Investimentos - R\$ milhões	2023	Acumulado
Recuperação e Manutenção da Rodovia	35.561	594.561
Manutenção da Infraestrutura Operacional	2.209	48.557
Obras e Melhoramentos	37.163	299.124
Outros	4.780	22.196
Total	79.713	964.438

Desde o início da concessão, em 2008, a Concessionária trabalha para oferecer segurança e conforto a todos que utilizam a rodovia por meio de serviços de recuperação, manutenção, conservação, execução de obras e uma ampla estrutura de atendimento ao usuário.

Serviços de fresagem e recomposição, reparos profundos, microrevestimento asfáltico à frio, sinalização vertical e horizontal, além de duplicações de trechos importantes nos municípios de Ourinhos, Marília e São José do Rio Preto, aproximadamente R\$ 964 milhões de investimentos foram realizados nos treze primeiros anos da companhia.



6.7 Concessionária em números

Tabela - Rodovias																	
Dados anuais																	
Quilômetros da rodovia	Km 321,6.																
Número de veículos que transitaram	CATEGORIA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	61	62	63	64	TOTAL		
	VEICULOS	7.214	827	75	629	10	420	302	1.170	270	231	5	245	0	11.398		
Número de praças de pedágios	São quatro praças de Pedágio em operação, P1 Km 35+800, P2 Km 98+900, P3 Km 183+800 e P4 Km 268+100.																
Tarifa	Motocicletas, Motonetas e Bicicletas Motorizadas R\$ 4,70; Automóvel, Caminhonete e Furgão R\$ 9,40; Caminhão leve, ônibus, Caminhão-trator e furgão R\$ 18,80; Automóvel e caminhonete com semirreboque R\$ 14,10; Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e ônibus R\$ 28,20; Automóvel e caminhonete com Reboque R\$ 18,80; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 4 eixos duplos R\$ 37,60; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 5 eixos duplos R\$ 47,00; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 6 eixos duplos R\$ 56,40; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 7 eixos duplos R\$ 65,80; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 8 eixos duplos R\$ 75,20; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 9 eixos duplos R\$ 84,60; Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 10 eixos duplos R\$ 94,00 e Caminhão com reboque e caminhão trator com semirreboque 11 eixos duplos R\$ 103,40.																
Número de quilômetros mantidos	Km 321,6.																
Transito Médio Diário Equivalente	67.987																
Transito Médio Anual Equivalente	2.067.953																
Equipes utilizadas pela concessionária	7 Bases Operacionais, 122 Câmeras de monitoramento, 2 Estação meteorológica, 8 Guinchos leves, 2 Guinchos pesados, 4 Painéis de mensagens fixo, 5 Painéis de mensagens móvel, 2 UTI - Móvel, 8 Ambulância simples, 5 Viaturas de Inspeção 1 Viatura de vigilância patrimonial, 1 Veículo apreensão de animais, 1 Caminhão pipa e 01 Caminhão plataforma elevatória.																
Índice de qualidade de estrada	Não se aplica.																
Receita de Pedágio	210.812																
Custos associados às receitas de ped	140.397																
Fator Trabalho																	
	Administrativo	Operação	Conservação														
Número de Trabalhadores	0	488	61														
Despesas de Pessoal	13.326	24.043	17.446														
Fator Capital																	
Despesas de Depreciação/Amortizaç	321.807	O método de Depreciação é a Taxa fiscal. Para a amortização, é a curva de trafego respeitando o prazo de concessão da rodovia.															
Ativo Líquido	615.841																
Ativo Bruto	937.648																
Série Histórica dos Investimentos	Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
		124.470	23.325	16.321	53.499	62.180	109.431	90.884	97.102	47.693	34.143	51.298	26.144	17.886	44.679	85.671	79.713
Fatores Intermediários																	
Despesas em Administração	9.166																
Despesas em Manutenção	14.990																
Outras Despesas	9.965																
Seguridade																	
Quantidade de acidentes	Acidentes por Gravidade Quant.																
	Acidentes com Mortes	27															
	Acidentes com Feridos	314															
	Acidentes sem Feridos	442															
	Total	783															
Indicadores																	
Receita por veículo	18.496,29																
Custo por veículo	12.318,19																



6.8 Balanço Social

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S/A

Balanço Social

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Em mil)

1 - Base de cálculo	2023 - Valor	2022 - Valor
Faturamento bruto	280.755	277.066
Receita líquida (RL)	262.077	259.769
Resultado operacional (RO)	43.678	46.656
Folha de pagamento bruta (FPB)	59.398	53.151
Folha de pagamento bruta - Total remunerações	37.166	32.583
Folha de pagamento bruta - Total pago a empresas prestadoras de serviços	22.232	20.568

	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	2.948	5,0%	1,1%	2.843	5,3%	1,1%
Encargos Sociais	4.946	8,3%	1,9%	5.808	10,9%	2,2%
Saúde	4.537	7,6%	1,7%	4.320	8,1%	1,7%
Segurança e Saúde no trabalho	479	0,8%	0,2%	447	0,8%	0,2%
Educação	39	0,1%	0,0%	58	0,1%	0,0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	4	0,0%	0,0%	4	0,0%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	2.391	4,0%	0,9%	1.757	3,3%	0,7%
Outros	696	1,2%	0,3%	447	0,8%	0,2%
Total - Indicadores sociais Internos	16.039	27,0%	6,1%	15.684	29,5%	6,0%

3 - Indicadores sociais externos	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Cultura	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros brindes	92	0,2%	0,0%	71	0,1%	0,0%
Educação	10	0,0%	0,0%	25	0,0%	0,0%
Total de contribuições à sociedade	102	0,2%	0,0%	96	0,2%	0,0%
Tributos (Exceto encargos sociais)	0	0,0%	0,0%	0	0,0%	0,0%
Total - Indicadores sociais externos	102	0,2%	0,0%	96	0,2%	0,0%

4 - Indicadores ambientais	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da Concessionária:	278	0,5%	0,1%	336	0,6%	0,1%
Investimentos em programas e/ou projetos externos:	63	0,1%	0,0%	86	0,2%	0,0%
Total de investimentos em meio ambiente	341	1%	0,1%	422	1%	0,2%
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, ou consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos, a Concessionária:	() Não possui metas	() Não possui metas	() Não possui metas	() Não possui metas	() Não possui metas	() Não possui metas
	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 0 a 50%	() Cumpre de 0 a 50%
	() Cumpre de 50 a 70%	() Cumpre de 50 a 70%	() Cumpre de 50 a 70%	() Cumpre de 50 a 70%	() Cumpre de 50 a 70%	() Cumpre de 50 a 70%
	(X) Cumpre de 75 a 100%	(X) Cumpre de 75 a 100%	(X) Cumpre de 75 a 100%	(X) Cumpre de 75 a 100%	(X) Cumpre de 75 a 100%	(X) Cumpre de 75 a 100%

5 - Indicadores do corpo funcional	2023	2022
N° de colaboradores no final do período	388	392
Tempo de serviço	9% até seis meses	9% até seis meses
	8% de seis meses a um ano	12% de seis meses a um ano
	14% entre um e dois anos	13% entre um e dois anos
	23% entre dois e cinco anos	29% entre dois e cinco anos
	46% mais de cinco anos	37% mais de cinco anos
N° de admissões durante o período	117	80
N° de demissões durante o período	115	75
N° de estagiários (as)	0	0
N° de colaboradores terceirizados	391	591
N° de colaboradores com até 18 anos	0	0
N° de colaboradores entre 18 e 25 anos	28	32
N° de colaboradores entre 25 e 45 anos	258	262
N° de colaboradores acima de 45 anos	102	98
N° de mulheres que trabalham na concessionária	165	162
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres	28%	25%
Remuneração paga a mulheres no período	6.770	5.492
N° de negros (as) que trabalham na concessionária	174	189
N° de pessoas com deficiência física ou necessidades especiais	13	12
Total de horas extras trabalhadas	12.849	17.035
Total de horas extras pagas	12.849	17.035
Total de INSS pagos	3.902	4.708
Total de FGTS pagos	1.044	1.099
Total de contribuição sindical paga	88	-
Total dos demais encargos sociais pagos	0	0
Total de ICMS recolhido no período	0	0
Total de IR recolhido no período	-	867
Total de CSLL recolhida no período	-	318
Total de PIS recolhida no período	1.404	1.300
Total de COFINS recolhida no período	6.479	6.279
Total de outros tributos recolhidos no período (ISSQN)	10.796	9.718



6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2023	2022
Relação entre a maior e a menor remuneração na Concessionária	15,22	15,24
Número total de acidentes de trabalho	34	32
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente do trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA	<input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores <input checked="" type="checkbox"/> todos + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e a representação interna dos colaboradores, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> não se envolve <input checked="" type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input type="checkbox"/> incentiva as normas da OIT <input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input type="checkbox"/> todos os colaboradores
A participação nos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerenciais <input checked="" type="checkbox"/> direção e todos os colaboradores
Na seleção de fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Concessionária:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos <input type="checkbox"/> não se envolve
Quanto a participação de colaboradores em programas de trabalho voluntário, a Concessionária:	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva
% de reclamações e críticas solucionadas:	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça	100 % na Concessionária 100 % no PROCON 100 % na justiça
7 - Valor adicionado total a distribuir:	100.652	104.299
Distribuição do Valor Adicionado	24% governo 0% acionistas 33% colaboradores 41% terceiros 2% retido	26% governo 0% acionistas 27% colaboradores 38% terceiros 9% retido

6.9 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Triunfo Transbrasiliiana declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório da auditoria independente da BDO RCS Auditores Independentes SS e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social, findo em 31 de dezembro de 2023.



6.10 Demais Assuntos

Desequilíbrio Contratual

São apresentados na relação abaixo os principais pleitos da Companhia junto à ANTT, que visam manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. A citada relação não deve ser interpretada de forma exaustiva, uma vez que os pleitos formulados pela Concessionária não se limitam aos indicados neste relatório.

Importante destacar que os pleitos de duplicação da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) decorrem da constatação da saturação do nível de serviço operacional da rodovia e da premente necessidade de reestabelecer esse nível de serviço previsto no contrato de concessão, garantindo-se segurança e qualidade aos usuários, em prol do interesse público. Cumpre esclarecer que a única obra capaz de reestabelecer o nível de serviço contratual é a duplicação da rodovia, conforme relatórios e pareceres elaborados por terceiros especialistas.

- (i) Equívoco da ANTT em suspender os efeitos de todos os itens da 12ª RO/RE;
- (ii) Pleito sobre a necessidade do adequado Reequilíbrio Econômico-financeiro do Contrato de Concessão – Decorrentes da inclusão das obras de Duplicação dos Lotes 01 e 03;
- (iii) Pleito de reequilíbrio dos gastos com Projetos Executivos de Duplicação (PIL 2015): (i) Lote 02, do km 99,8 ao km 162,0; (ii) Lote 04, do km 195,0 ao km 229,0; (iii) Lote 05, do km 268,4 ao km 280,00; (iv) Lote 06, do km 280,0 ao km 335,5 e; (v) Contorno de Marília;
- (iv) Da necessidade de reequilíbrio dos impactos causados pela pandemia de Coronavírus (Covid-19);
- (v) Duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao km 195+200) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão (atualização do Projeto Executivo e Orçamentos a pedido da Agência, bem como a inclusão dos valores no fluxo econômico-financeiro da concessão);
- (vi) Perda de Receita em decorrência da Greve dos Caminhoneiros;



- (vii) Edição da Lei Federal nº 13.103/2015 (Lei dos Caminhoneiros), que trouxe expressivo desequilíbrio ao Contrato de Concessão, como resultado do maior desgaste do pavimento;
- (viii) Implantação de OCR (*Optical Character Recognition*);
- (ix) Pleito de Exclusão - Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com alças, em Pista Dupla – Completo – Km 55;
- (x) Pleito de Exclusão - Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com Alças, em Pista Dupla – Completo – Km 76,3;
- (xi) Pleito de Exclusão - Item 5.1.10.B do PER – Implantação de Trevos em Desnível, com Alças, em Pista Dupla – Km 86,1;
- (xii) Pleito de Exclusão - Item 5.1.12.A – Implantação de Passagens em Desnível Inferior Tipo Viaduto (Km 58,80);
- (xiii) Duplicação dos Lotes 02 (km 99+800 ao km 162+000), 04 (km 195+200 ao km 227+961), 05 (km 268+000 ao km 280+340) e 06 (km 280+340 ao km 335+720) da Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP) diante da saturação do nível de serviço operacional previsto em Contrato de Concessão;
- (xiv) Pleito em razão dos impactos no aumento dos insumos;
- (xv) Ampliação dos gastos para manutenção e conservação do trecho duplicado (pista nova) - km 256,0 ao km 258,1 da BR-153/SP;
- (xvi) Manutenção e conservação da obra de melhoria dos acessos: (i) Km 150+900 e (ii) Km 278+500, Km 314+180 e Km 322+870 da BR-153/SP;

6.11 Agradecimentos

A Diretoria agradece a todos os usuários da rodovia, bem como aos acionistas, fornecedores e demais instituições governamentais, e a todos os profissionais pelo compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

A ADMINISTRAÇÃO

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A.
Lins - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Os Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação de impairment do ativo intangível e impostos diferidos

Conforme divulgado nas Notas Explicativas nºs 07 e 12 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2023, impostos diferidos - Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 92% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia foi significativa para a nossa auditoria devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, baseado em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliação da metodologia de impairment utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1)/IAS 36;
- Análise das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos;
- Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos;
- Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração;
- Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1)/IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nºs 08 e 13 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa Demonstração do Valor Adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 19 de março de 2024.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balço patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.100	23.763
Contas a receber	4	13.784	10.757
Impostos a recuperar		1.136	1.081
Despesas antecipadas		2.834	1.226
Outros créditos		1.615	2.141
Total do ativo circulante		37.469	38.968
Não circulante			
Contas a receber	4	804	768
Depósitos judiciais		11.472	5.279
Ativos de direito de uso		1.056	920
Imobilizado	6	6.918	3.718
Intangível	7	450.665	447.635
Ativo de contrato	7	215.365	188.734
Total do ativo não circulante		686.280	647.054
Total do ativo		723.749	686.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	1.021	4.163
Debentures	9	18.485	-
Fornecedores	10	28.386	26.407
Impostos, taxas e contribuições		4.697	3.852
Obrigações sociais		5.641	4.454
Provisão para manutenção	11	8.836	5.964
Partes relacionadas	5	688	597
Dividendos a pagar		4.031	3.659
Obrigações com infraestrutura a realizar	24.c	13.079	12.527
Passivos de arrendamento		583	396
Outras contas a pagar		5.372	5.155
Total do passivo circulante		90.819	67.174
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	8	1.147	845
Debentures	9	293.234	279.935
Fornecedores	10	9.211	1.675
Impostos, taxas e contribuições		4.579	6.127
Provisão para manutenção	11	2.714	4.334
Tributos diferidos	12.a	4.049	3.057
Partes relacionadas	5	11.054	16.273
Provisão para demandas judiciais	13	6.489	6.082
Passivos de arrendamento		620	635
Outras contas a pagar		6.983	8.227
Total do passivo não circulante		340.080	327.190
Patrimônio líquido	14		
Capital social		220.535	220.535
Adiantamento para futuro aumento de capital		63.421	63.421
Reservas de lucros		8.894	7.702
Total do patrimônio líquido		292.850	291.658
Total do passivo e patrimônio líquido		723.749	686.022

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do resultado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	15	262.077	259.769
Custos dos serviços prestados	16	(186.190)	(188.361)
Lucro bruto		75.887	71.408
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(32.209)	(24.752)
		43.678	46.656
Outros resultados operacionais	16	(231)	4.553
		43.447	51.209
Receita financeira		22	2.145
Despesa financeira		(40.912)	(38.465)
Resultado financeiro líquido	17	(40.890)	(36.320)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.557	14.889
Imposto de renda e contribuição social correntes	12.b	-	(1.185)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.b	(993)	(4.348)
		(993)	(5.533)
Lucro líquido do período		1.564	9.356
Lucro básico e diluído por ação em reais - R\$	14.b	0,00365	0,02186

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) do período	1.564	9.356
Total de resultado abrangente do período	<u>1.564</u>	<u>9.356</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	(Prejuízos) lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	220.535	58.221	37	531	-	279.324
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.200	-	-	-	5.200
Lucro líquido do período	-	-	-	-	9.356	9.356
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	468	-	(468)	-
Constituição de dividendos a pagar	-	-	-	-	(2.222)	(2.222)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	6.666	(6.666)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	220.535	63.421	505	7.197	-	291.658
Saldos em 31 de dezembro de 2022	220.535	63.421	505	7.197	-	291.658
Lucro líquido do período	-	-	-	-	1.564	1.564
Destinação do lucro:						
Reserva legal	-	-	78	-	(78)	-
Constituição de dividendos a pagar	-	-	-	-	(372)	(372)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	1.114	(1.114)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	220.535	63.421	583	8.311	-	292.850

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo (Lucro) do período	1.564	9.356
Ajustes para conciliar o resultado às atividades operacionais		
Amortização e depreciação	50.148	42.603
Amortização e depreciação de arrendamentos	305	351
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(5.217)
Provisão para manutenção	1.252	1.526
Provisão para demandas judiciais	3.933	(4.904)
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	44.675	31.223
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	12.415	2.507
Rendimento de aplicação financeira	(22)	(2.146)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	993	4.348
Redução (aumento) no ativo:		
Contas a receber	(3.063)	(2.201)
Despesas antecipadas	(1.608)	(49)
Impostos a recuperar	(55)	(416)
Outros créditos	526	10.140
Depósitos judiciais	(6.193)	(2.121)
Aumento (redução) no passivo:		
Fornecedores	9.515	(8.198)
Impostos, taxas e contribuições	(703)	(4.000)
Obrigações sociais	1.187	(364)
Partes relacionadas	(5.128)	(117.781)
Outros passivos	(1.503)	13.330
Amortização de juros e encargos de empréstimos e financiamentos	(441)	(4.462)
Caixa gerado nas atividades operacionais	107.797	(36.376)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aumento de aplicações financeiras	7.147	136.989
Resgate de aplicações financeiras	(7.242)	(147.475)
Aquisição de imobilizado	(5.452)	(2.070)
Adição ao intangível e ativo de contrato (intangível em construção)	(89.971)	(114.174)
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(95.518)	(126.730)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.487	467
Captação de debentures	-	275.400
Amortização de empréstimos e financiamentos	(4.318)	(96.313)
Amortização de debentures	(15.111)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.200
Caixa oriundo das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(17.942)	184.754
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(5.663)	21.648
Saldo inicial de caixa e equivalentes	23.763	2.115
Saldo final de caixa e equivalentes	18.100	23.763

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações contábeis.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Demonstração do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas	280.755	277.066
Arrecadação de pedágios	210.812	193.220
Receitas de construção - ativos da concessão	64.471	79.377
Outras receitas	5.472	4.469
Insumos adquiridos de terceiros	(129.976)	(132.310)
Custos serviços prestados	(38.294)	(34.097)
Custo de construção - ativos da concessão	(64.471)	(79.377)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.211)	(18.836)
Valor adicionado bruto	150.779	144.756
Retenções	(50.148)	(42.603)
Depreciação e amortização	(50.148)	(42.603)
Valor adicionado líquido	100.631	102.153
Valor recebido em transferência	22	2.146
Receitas financeiras	22	2.146
Valor adicionado total a distribuir	100.653	104.299
Distribuição do valor adicionado	(100.653)	(104.299)
A - Pessoal e encargos	33.265	27.876
Remuneração direta	21.721	17.712
Benefícios	8.228	7.613
FGTS	1.044	1.099
Outros	2.272	1.452
B - Impostos, taxas e contribuições	23.899	27.617
Federais	12.777	17.820
Estaduais	326	79
Municipais	10.796	9.718
C - Remuneração de capitais de terceiros	41.925	39.450
Juros	777	4.969
Aluguéis	1.189	985
Outras	39.959	33.496
D - Remunerações de capital próprio	1.564	9.356
Lucro	1.564	9.356

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações financeiras.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Transbrasiliana - Concessionária de Rodovia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital aberto, fundada em 20 de julho de 2007, com sede localizada na Rua Voluntário Vitoriano Borges, nº 451, Município de Lins - Estado de São Paulo e controlada indiretamente pela TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Controladora”), controladora da acionista BRVias Holding TBR S.A.

O objeto social da Companhia é realizar, sob o regime de concessão, mediante a cobrança de pedágio, a exploração da infraestrutura e da prestação de serviços públicos e obras, abrangendo a execução dos serviços de recuperação, manutenção, conservação, operação, ampliação e melhorias do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos, até 14 de fevereiro de 2033. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

Em 12 de dezembro de 2007, por meio da Resolução nº 2.479 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), homologou o resultado do Leilão de Concessão do Lote 1 à Rodovia BR-153/SP. Em 13 de fevereiro de 2008, por meio da Resolução nº 2.537 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), emitiu o Ato de Outorga em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e autorizou a assinatura do Contrato de Concessão.

Dessa forma, a Companhia se comprometeu a realizar um programa de investimentos durante os 25 anos de concessão em contrapartida da cobrança de pedágio.

Conforme resolução nº 4.973 emitida pela ANTT, de 16 de dezembro de 2015, a ANTT aprovou o reajuste da Tarifa Básica de Pedágio de R\$4,30 para R\$7,40, sujeito à: (i) submissão do projeto executivo para obras de duplicação, com respectiva análise e não objeção da ANTT; (ii) realização da audiência pública pela ANTT; (iii) deliberação da Diretoria Colegiada da ANTT; e (iv) comunicação prévia ao Ministério dos Transportes e ao Ministério da Fazenda à entrada em vigência da Nova Tarifa Básica. O processo foi para audiência pública em abril de 2016, tendo como finalidade a inclusão de novos investimentos no Programa de Exploração Rodoviária (PER), para obras de duplicação do trecho da Rodovia BR-153/SP entre o km 0 e o km 51,7 (Lote 1) e entre o km 162 e o km 195,2 (Lote 3).

Ocorre que, em dezembro de 2016, embora atendidas todas as condições legais e contratuais para inclusão de novos investimentos, a Companhia e a ANTT foram intimadas a se manifestar em face do pedido cautelar formulado pela equipe da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária - SeinfraRodovia que, por meio de representação proposta junto ao TCU (Tribunal de Contas da União), pediu a suspensão cautelar da inclusão destas novas obras. A Concessionária já apresentou todos os esclarecimentos necessários e suficientes ao TCU, sendo que a ANTT, através do Ofício nº 043/2017/DG/ANTT, decidiu não incluir as obras no Contrato de Concessão até que haja conclusão definitiva da questão pelo TCU.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como o Contrato de Concessão prevê as obras de ampliação de capacidade com o objetivo de assegurar a manutenção do nível de serviço estabelecido, bem como os critérios destes investimentos, e o direito da Companhia ao correspondente reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão quando da inclusão de novas obras, a Companhia entende que a não inclusão destas obras de duplicação no Contrato de Concessão acarretaria a inexecução contratual pelo Poder Concedente.

Em linha com o entendimento da Companhia, o Ministério Público Federal (MPF) - Procuradoria da República de Marília (SP) manifestou-se através do Inquérito Civil Público nº 1.34.007.000319/2014-45 com Recomendação nº 05 (PRM-MII-SP-00003316/2017) a ANTT, onde considerou que as objeções jurídicas apresentadas pela SEINFRA-Rodovia/TCU nº TC032.829/2016 não encontram amparo na ordem jurídica pátria, consoante doutrina e decisões do TCU.

Nesse sentido, em face da omissão do Diretor Geral da ANTT em autorizar o início das obras, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400 e em 15 de outubro de 2018 tomou conhecimento pelo site do Tribunal Regional Federal da 1ª Região de que foi deferida a liminar pleiteada para determinar à Autoridade Impetrada (ANTT) que, no prazo de 15 (quinze) dias, autorizasse o imediato início das obras de duplicação dos Lotes 01 (km 0+000 ao km 51+700) e 03 (km 162+000 ao 195+200) da Rodovia BR-153/SP, nos termos aprovados pela própria ANTT (resolução nº 4.973 emitida pela ANTT), a fim de garantir a segurança dos usuários da Rodovia e restabelecer o nível de serviço contratual, mediante o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão, por meio da revisão da tarifa de pedágio já aprovada pela ANTT e autorizada pelo Ministério da Fazenda.

Em 23 de outubro de 2018, o Ministério Público Federal se manifestou nos autos do Mandado de Segurança afirmando que “mostra-se imperiosa, no caso em apreço, a execução das obras de ampliação da Rodovia BR-153/SP, nos trechos compreendidos entre a divisa de MG/SP e SP/PR, para restabelecer o nível de serviço, sobretudo em razão da proteção da segurança e da vida dos usuários” e em 06 de novembro de 2018, através da Deliberação nº 887, a ANTT autorizou o início imediato das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR 153/SP.

A liminar foi revogada e a ANTT publicou a Deliberação nº 992, de 04 de dezembro de 2018 que revogou a Deliberação nº 887, de 06 de novembro de 2018. Em 11 de fevereiro de 2020 o processo foi sentenciado e em face da decisão, publicada em 21 de fevereiro de 2020, a Companhia opôs Recurso de Embargos de Declaração visando sanar os vícios de (i) omissão, (ii) erro de fato decorrente de premissa equivocada e (iii) obscuridade. Os Embargos de Declaração opostos pela Companhia foram analisados pela mesma Juíza que proferiu a sentença e rejeitados. Diante da manutenção da decisão, a Companhia interpôs Recurso de Apelação, em 15 de junho de 2020, que será analisado pelo Tribunal Regional Federal.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de setembro de 2020, a Companhia apresentou pedido de Tutela Antecipada, requerendo o deferimento da antecipação de tutela recursal, para determinar que a ANTT expedisse a liberação para que a Companhia realizasse os investimentos relacionados à Duplicação dos Lotes 01 e 03, com o concomitante reequilíbrio do Contrato de Concessão. O pedido de antecipação da tutela foi indeferido em 07 de outubro de 2020. A Concessionária protocolou pedido de reconsideração, que também foi indeferido.

Em 1º de março de 2021, a Concessionária tomou conhecimento de que o TRF da 1ª Região deu provimento, por unanimidade, ao Recurso de Apelação interposto pela Transbrasiliana no Mandado de Segurança nº 1007988-79.2017.4.01.3400, o que autoriza o início das obras de duplicação dos Lotes 01 e 03 da Rodovia BR-153/SP, bem como o consequente reequilíbrio da tarifa de pedágio de modo a contemplar a inclusão de referidas obras no contrato de concessão.

Em 06 de março de 2021 passou a ser aplicada, em todas as praças de pedágio administradas pela Concessionária, a tarifa de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos), conforme previsto na Resolução ANTT nº 4.973, de 16 de dezembro de 2016.

No âmbito de processo administrativo de proposta de aplicação de medida cautelar, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) deliberou por notificar a Transbrasiliana para que a Concessionária reduzisse a Tarifa Básica de Pedágio (“TBP”) para R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), contra os R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) então vigentes desde o dia 06 de março de 2021, sob pena de instauração de processo de caducidade (Deliberação ANTT nº 113, de 31 de março de 2021), por entender que o acórdão proferido nos autos do Mandado de Segurança não teria aplicação imediata.

Embora tivesse a Companhia a mais absoluta convicção de que havia obedecido os estritos termos da decisão judicial, a Transbrasiliana acatou à deliberação da ANTT e promoveu a redução tarifária em 06 de abril de 2021, de modo que a TBP voltou a ser de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos).

Em face da ordem emanada pela ANTT pela redução tarifária, a Transbrasiliana ajuizou Reclamação nº 1011453-72.2021.4.01.0000 perante o TRF1, obtendo decisão liminar para suspender os efeitos da Deliberação da ANTT nº 113, de 31 de março de 2021. Deste modo, a ANTT publicou a Deliberação nº 134, de 14 de abril de 2021, determinando que a Transbrasiliana implementasse a TBP de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos) em todas as praças de pedágio. Assim, a partir da zero hora do dia 16 de abril de 2021 foi aplicada a TBP de R\$ 7,70 (sete reais e setenta centavos). A tarifa aplicada deverá ser objeto de reajuste a ser homologado pela ANTT para o integral reequilíbrio, vez que o referido valor remonta ao ano de 2015 e encontra-se corroído pela inflação.

Em 16 de novembro de 2022 foi publicada no Diário Oficial da União – DOU, a Deliberação da ANTT nº 340 de 11 de novembro de 2022, determinando a aplicação da Tarifa Básica de Pedágio de R\$ 8,00 (oito reais), a partir da zero hora do dia 18 de novembro de 2022 em todas as praças de pedágio. O valor contempla a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e, também, o reequilíbrio econômico-financeiro referente a obras e serviços, sendo decorrentes exclusivamente da 13ª Revisão Ordinária da Transbrasiliana (ano de 2020).

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 21 de julho de 2023 a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou o reajuste da tarifa básica de pedágio da Transbrasiliana. De acordo com Deliberação Nº 229, publicada no Diário Oficial da União – DOU, na edição nº 140, a partir da zero hora do dia 28 de julho de 2023, a tarifa básica passou de R\$ 8,00 para R\$ 8,90 (data base: ano de 18/12/2021). Em 16 de outubro de 2023 a ANTT, conforme deliberação nº 353, publicada no Diário Oficial da União – DOU, na edição nº 197 aprovou, a partir da zero hora de 20 de outubro de 2023, o reajuste da tarifa básica pedágio de R\$ 8,90 para R\$9,40, (data-base: de 18/12/2022), em 5,90%. Vale esclarecer que os temas controvertidos da 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Revisões Ordinárias serão tratados nas próximas Revisões e, portanto, as tarifas recebidas em razão dessas alterações não reequilibram integralmente o Contrato de Concessão.

Em 25 de agosto de 2023 o Ministério dos Transportes emitiu a Portaria 848/2023, com o objetivo de readaptar e otimizar os contratos de exploração de infraestrutura rodoviária federal, no qual as concessionárias interessadas deveriam apresentar estudos para demonstrar a vantajosidade de celebração de termo aditivo e prorrogação dos contratos originais por até quinze anos. Em 12/12/2023 a controlada Transbrasiliana protocolou junto ao Ministério dos Transportes proposta de otimização e readequação do Contrato de Concessão. Em 19/12/2023 o Ministério dos Transportes se manifestou favorável a pré-admissibilidade do Requerimento, e, o encaminhou a INFRA S.A e CONJUR para suas respectivas avaliações. Conforme rito estabelecido na Portaria, o processo passará por análise e deliberações do Ministério dos Transportes, ANTT e TCU.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$52.929 (R\$28.206 em 31 de dezembro de 2022).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração da Companhia, em conjunto aos acionistas controladores, avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que os planos de reestruturação financeira e as gerações positivas de caixa nos últimos exercícios da Controladora são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

2. Base para preparação e apresentação das informações

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis em 19 de março 2024.

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade

As Demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As Demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Na elaboração das Demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de estimativas e de julgamentos, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa geral	460	796
Saldos bancários	17.470	22.703
Aplicações financeiras (i)	170	264
	18.100	23.763

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(i) Trata-se de aplicação financeira em Certificado de Depósito Bancário, junto ao Bando do Brasil com liquidez diária, sendo remunerada a taxa do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários).

4. Contas a receber

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Arrecadação de pedágio	13.554	10.576
Receitas acessórias	1.034	949
Total	14.588	11.525
Circulante	13.784	10.757
Não Circulante	804	768

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não apresenta montantes vencidos e nem histórico de inadimplência. Dessa forma, não existe provisão para perdas das contas a receber.

5. Partes relacionadas

A Companhia realiza para a aquisição de todos os materiais e serviços os processos de cotação de preços, inclusive aquelas com partes relacionadas, praticando preços e prazos de acordo com os termos acordados entre as partes.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os saldos de passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com outras sociedades que estão sob controle comum de seus acionistas, conforme demonstramos a seguir:

	Nota	Saldo aberto em		Compras em	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo					
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	(i)	9.720	15.135	3.103	1.781
Construtora Triunfo S.A.	(ii)	1.881	1.709	5.808	1.840
Centro Tec. de Infraestrutura Viária Ltda.	(iii)	26	26	-	-
TCE Engenharia Ltda	(iv)	115	-	1.684	-
		11.742	16.870	10.595	3.621
Circulante		688	597	-	-
Não Circulante		11.054	16.273	-	-

- (i) O valor devido à Triunfo é composto por despesas da Companhia pagas pela controladora, bem como de créditos cedidos para liquidação de débitos tributários, conforme nota (i) item (b) da Nota explicativa 12 - Imposto de renda e contribuição social, e que serão reembolsados pela Companhia.
- (ii) Referente à execução dos serviços de fresagem, recuperação emergencial do pavimento e outros serviços de construção.
- (iii) Referente a valores a pagar oriundos do contrato de prestação de serviço com o Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária Ltda, pela prestação de serviços de engenharia, por meio da avaliação das condições funcionais e estruturais do pavimento e avaliação dos elementos rodoviários de sinalização e de proteção e segurança em atendimento ao estabelecimento no PER (Programa de Exploração da Rodovia).
- (iv) Valores referente a fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, necessários para o serviço de fresagem e recomposição com CBUQ, entre os km 100 ao km 125 e no km 260 ao 347.

6. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Custo						
Saldo em 31/12/2022	2.339	2.705	481	9.023	838	15.386
Adições	309	1.145	132	2.648	1.218	5.452
Baixas	-	(87)	(3)	(185)	(61)	(336)
Transferências	(3)	(344)	3	(185)	-	(529)
Saldo em 31/12/2023	2.645	3.419	613	11.301	1.995	19.973
Depreciação						
Saldo em 31/12/2022	(1.793)	(1.438)	(350)	(7.827)	(259)	(11.667)
Adições	(302)	(285)	(44)	(1.070)	(94)	(1.795)
Baixas	-	4	-	215	-	219
Transferências	(3)	3	3	185	-	188
Saldo em 31/12/2023	(2.098)	(1.716)	(391)	(8.497)	(353)	(13.055)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2022	546	1.267	130	1.196	579	3.718
Saldo em 31/12/2023	547	1.703	222	2.804	1.642	6.918
Taxas medias de depreciação %	20	10	10	20	10 a 20	-

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada. O custo de bens adquiridos após a adoção do custo atribuído inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do período baseado na vida útil de cada componente e são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados a cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas contábeis é contabilizado prospectivamente.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível e Ativo de Contrato (Intangível em construção)

	Intangível			Intangível em Construção			Total do intangível em construção
	Recuperação da rodovia (iii)	Operação da rodovia/ melhoramentos (i)	Total do intangível	Intangível em andamento (ii)	Infraestrutura a realizar (nota explicativa 23.c)	Adiantamento Obras (iv)	
Custo							
Saldo em 31/12/2022	558.997	138.103	697.100	162.799	9.442	27.446	199.687
Adições	7.380	1.953	9.333	65.768	-	14.870	80.638
Baixas	(5)	(129)	(134)	(191)	-	(11.996)	(12.187)
Transferências	28.182	4.281	32.463	(32.118)	-	-	(32.118)
Saldo em 31/12/2023	594.554	144.208	738.762	196.258	9.442	30.320	236.020
Amortização							
Saldo em 31/12/2022	(205.605)	(43.860)	(249.465)	(10.953)	-	-	(10.953)
Adições	(22.366)	(16.285)	(38.651)	(9.702)	-	-	(9.702)
Baixas	18	5	23	-	-	-	-
Transferências	319	(323)	(4)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	(227.634)	(60.463)	(288.097)	(20.655)	-	-	(20.655)
Valor residual líquido							
Saldo em 31/12/2022	353.392	94.243	447.635	151.846	9.442	27.446	188.734
Saldo em 31/12/2023	366.920	83.745	450.665	175.603	9.442	30.320	215.365
Taxa de amortização %	8,17	8,17					

- (i) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER), por exemplo, implantação dos sistemas operacionais.
- (ii) Representado por outros investimentos relacionados ao contrato de concessão conforme previsto no Programa de Exploração da Rodovia (PER).
- (iii) Refere-se aos serviços de construção relacionados diretamente com a ampliação e melhoria da infraestrutura. Considerando que tais serviços representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, a Companhia reconhece o direito de explorar e as obrigações de construir na medida em que os serviços de construção são prestados.
- (iv) Valores referente a adiantamento para Construtora Triunfo S.A. e a TCE Engenharia Ltda para mobilização de equipamentos e montagem do canteiro de obras para execução da obra de duplicação do KM 0+000 ao KM 51+700 e KM 74+900 ao KM 99+800 e interseções existentes em nível no Km 99+900 metros e no Km 107+700 metros.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Intangível e Ativo de contrato (Intangível em construção)

Os ativos intangíveis da Companhia são compostos pelo custo de aquisição e/ou construção e possuem vida útil definida. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável. Não existem ativos intangíveis individualmente relevantes inseridos nos grupos apresentados.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

O critério para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, dessa forma, a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo da concessão. As amortizações dos ativos intangíveis são incluídas na rubrica denominada “Custos dos serviços prestados”, nas demonstrações de resultado.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças econômicas ou operacionais, que possam indicar que os ativos intangíveis possam ter sofrido desvalorização. Caso exista algum indicador de perda de valor recuperável, o teste de *impairment* é realizado na data identificada. O valor recuperável de um ativo é definido como sendo o menor entre o valor contábil e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2023 e no plano de negócios de longo prazo, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e consideram: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual; (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos; (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão; e (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital da Companhia. O resultado apurado no teste de *impairment* foi superior aos saldos contábeis de ativo intangível e intangível em construção, sendo assim não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos avaliados no período.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de contrato (Intangível em construção)

O intangível em construção reflete os ativos que ainda não estavam em operação na data das Informações Trimestrais. O valor do intangível em construção em 31 de dezembro de 2023, era de R\$ 175.603 de intangível em andamento e R\$ 9.442 de infraestrutura a realizar (R\$ 151.846 de intangível em andamento e R\$ 9.442 de infraestrutura a realizar em 31 de dezembro de 2022).

8. Empréstimos e financiamentos

Tipo de operação	Taxa de juros (% a.a.)	Indexador	Vencimento	31/12/2023	31/12/2022
CCB ABC (i)	3,0%	CDI	2023	-	3.406
CCB	15,02%	-	2025	2.168	1.602
Total				2.168	5.008
Circulante				1.021	4.163
Não circulante				1.147	845

(i) Em 28 de janeiro de 2016, a Companhia firmou em conjunto com o ABC contrato de capital de giro no valor total de R\$24.998, com exigibilidade trimestral.

Os empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2023, possuem taxa média ponderada de 15,02% a.a. (15,34% a.a. em 31 de dezembro de 2022).

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R\$
2025	818
2026	329
	1.147

9. Debêntures

					Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	31/12/2023	31/12/2022
TBR	8º	275.400	25/03/2033	275.400	(25.807)	249.593	IPCA + 9,6% a.a.	311.719	279.935
Circulante								18.485	-
Não circulante								293.234	279.935

A Companhia realizou, em 24 de março de 2022, a oitava emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Transbrasiliana, nos termos da instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, no montante de R\$275.400 (duzentos e setenta e cinco milhões e quatrocentos mil reais) e prazo de vencimento de 11 (onze) anos, a contar da data de emissão e carência de 01 (um) ano para amortização dos juros e 02 (dois) anos para amortização do principal.

Os recursos das Debêntures foram liberados em abril de 2022 através de duas tranches.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de março de 2023 foi incorporado o valor de juros R\$ 26.752 (vinte e seis milhões e setecentos e cinquenta e dois mil reais) como principal de acordo com o contrato vigente.

Os montantes apresentados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Vencimento	R\$
2025	44.302
2026	44.376
2027	58.547
2028	64.841
2029 até 2033	81.168
	293.234

10. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores diversos	28.386	18.933
Retenções (i)	9.211	9.149
	37.597	28.082
Circulante	28.386	26.407
Não Circulante	9.211	1.675

(i) A Companhia adota como procedimento realizar retenções parciais do valor do serviço contratado, para honrar com possíveis riscos de contingências dos terceiros, uma vez que a Companhia é acionada judicialmente por ser responsável solidária. Esses percentuais e prazos de retenção são determinados por meio dos contratos de prestação de serviço assinado entre as partes.

11. Provisão para manutenção

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A manutenção da rodovia compreende o conjunto de intervenções físicas programadas que a Concessionária deverá realizar com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas da concessão dentro de padrões estabelecidos, ou, ainda, prevenir que sejam alcançados níveis indesejados. De modo geral, a manutenção inicia-se após a fase de recuperação da rodovia e desenvolve-se até o final da concessão.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Esta etapa somente se inicia após a conclusão e o aceite da ANTT das obras que compõe a fase de Recuperação da Rodovia.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

Essa provisão é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão, trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

A movimentação da provisão de manutenção durante o exercício é como segue:

Resumo da movimentação	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	10.298	8.772
Adições	1.252	1.526
Saldo final	11.550	10.298
Circulante	8.836	5.964
Não Circulante	2.714	4.334

Os investimentos programados em manutenções incluem recapeamentos de rodovias (a cada cinco anos), cujo cronograma previsto para execução das obras é demonstrado como segue:

Período	R\$
2024	8.836
2025	2.714
	11.550

12. Imposto de Renda e Contribuição Social

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais/bases negativas não utilizados, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos/bases negativas.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Conforme mencionado na nota explicativa 2.3, os Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos consonância com o pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, itens 74 a 76, que estabelece as diretrizes para a compensação dos impostos diferidos.

A Companhia apresenta prejuízos fiscais a compensar no valor de R\$ 31.022 acumulados até 31 de dezembro de 2023. Estes valores não prescrevem. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - ativo e passivo

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo		
Provisões	6.958	5.858
Prejuízo fiscal e base negativa	10.548	7.957
	<u>17.506</u>	13.815
Passivo		
Intangíveis - efeito temporário ICPC 1 (R1)/IFRIC 12	(7.743)	(8.447)
Outros	(13.812)	(8.425)
	<u>(21.555)</u>	(16.872)
	<u>(4.049)</u>	(3.057)

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, encontra-se a seguir demonstrada:

<u>Ano</u>	<u>R\$</u>
2024	7.021
2025	3.527
Total	<u>10.548</u>

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Imposto de Renda e Contribuição Social - resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e da contribuição social é demonstrada como segue:

Descrição	31/12/2023	30/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	2.557	14.889
Alíquota nominal	34%	34%
Despesas com imposto à alíquota nominal	(869)	(5.062)
Adições permanentes	(124)	(223)
Outros	-	(248)
	(993)	(5.533)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	(1.185)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(993)	(4.348)
	(993)	(5.533)
(=) Imposto de renda e contribuição social no resultado	(993)	(5.533)
Alíquota efetiva	38%	37%

13. Provisão para demandas judiciais e administrativas

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita aos processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que ocorra uma saída de recursos para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser realizada. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2023, está provisionado o montante de R\$6.489 (R\$6.082 em 31 de dezembro de 2022), o qual na opinião da Administração, com base na opinião de assessores legais, é suficiente para fazer face às perdas esperadas com o desfecho dos processos em andamento.

Descrição	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.734	348	6.082
Adições	2.652	1.281	3.933
Pagamentos	(1.560)	(627)	(2.187)
Reversões	(1.076)	(263)	(1.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.750	739	6.489

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente, a Companhia é parte de outras ações cujo risco de perda é possível, de acordo com a análise dos advogados externos responsáveis e da Administração da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Essas ações totalizam R\$94.758 em 31 de dezembro de 2023 (R\$62.061 em 31 de dezembro de 2022).

	31/12/2023		31/12/2022	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	150	82.242	99	57.760
Trabalhistas	78	12.516	72	4.301
Total	228	94.758	171	62.061

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Companhia era de R\$220.535 (mesmo valor em 31 de dezembro de 2022) totalmente integralizado, representado por 428.071.224 (mesma quantidade em dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencentes à BRVias Holding TBR S.A. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$500.000.

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Até 31 de dezembro de 2023, o acionista controlador da Companhia realizou adiantamentos em dinheiro à Companhia a título de futuro aumento de capital no montante de R\$63.421, com previsão de ser convertido em capital social no próprio exercício.

c) Resultado por ação

O cálculo básico de resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis nesse período.

O resultado diluído por ação é calculado por meio da divisão do resultado líquido atribuído aos detentores de ações pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

A seguir apresentamos os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

Período findo em	Resultado do período	Quantidade ponderada de ações	Resultado por ação básico e diluído - R\$ - expresso em reais
31/12/2022	9.356	428.071.224	0,02186
31/12/2023	1.564	428.071.224	0.00365

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não ocorreram transações com ações ordinárias potenciais diluidoras que gerassem diferença entre o resultado básico e o resultado diluído por ação ordinária.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Receita operacional líquida

A seguir a composição da receita operacional líquida:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de pedágios	210.812	193.220
Receitas acessórias	5.472	4.469
Receita de construção - ativos da concessão	64.471	79.377
Tributos incidentes	(18.678)	(17.297)
	262.077	259.769

Reconhecimento e mensuração

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio. Na avaliação da Companhia, não há impacto material na adoção do CPC 47 para esse grupo de contratos.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida a um ativo de contrato (Intangível em construção) durante o período de construção e posteriormente, quando concluído, transferido ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita. A Companhia concluiu que os serviços são atendidos ao longo do tempo, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela concessionária. Consequentemente, de acordo com a CPC 47, a receita desses contratos é reconhecida ao longo do tempo ao invés de ser de forma pontual. É aplicado assim, um método de porcentagem de conclusão, equivalente ao "Método de insumo" apresentado no CPC 47, para mensuração e reconhecimento dos custos e receitas relacionados às obras. A mensuração e reconhecimento pelas normas atuais é equivalente ao das novas normas, portanto, a Companhia concluiu não haver ajustes relevantes a serem reconhecidos em relação às receitas de construção, com exceção do reconhecimento de um ativo de contrato durante o período de construção.

Receitas acessórias

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Tributos incidentes sobre Prestação de Serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Seguridade Social – Cumulativa	3,00%
PIS - Programa de Integração Social – Cumulativa	0,65%
ISSQN - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	3,00% a 5,00%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.

16. Gastos por natureza

A seguir a composição das despesas por natureza:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Por natureza		
<i>Custo operacional</i>		
Pessoal	33.816	29.365
Amortização do intangível e ativos de contrato	48.335	40.396
Serviços de terceiros	9.166	8.476
Conserv. de revestimento vegetal	482	426
Conserv. de pavimento flexível	9.170	7.751
Serviço de atendimento hospitalar	9.096	9.050
Custo de contrato concessão	9.072	7.934
Provisão para manutenção	678	840
Custo de construção	64.471	79.377
Material, equipamentos e veículos	14.990	16.436
Remuneração dos diretores	3.350	3.218
Serviço consultoria jurídica	4.153	2.954
Baixa perdas PCLD		(5.217)
Depreciação do imobilizado	1.886	2.573
Outros	9.965	4.980
	<u>218.630</u>	<u>208.560</u>
<i>Por função</i>		
Custo dos serviços prestados	186.190	188.361
Despesas operacionais	32.209	24.752
Outros resultados operacionais	231	(4.553)
	<u>218.630</u>	<u>208.560</u>

17. Resultado financeiro líquido

As receitas e despesas financeiras incorridas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	22	2.145
Total receitas financeiras	<u>22</u>	<u>2.145</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debentures	(34.977)	(30.738)
Outras	(5.935)	(7.727)
Total despesas financeiras	<u>(40.912)</u>	<u>(38.465)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(40.890)</u>	<u>(36.320)</u>

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial conforme as seguintes categorias:

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*. São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há saldo de ativos financeiros a valor justo.

Recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, esses ativos estão basicamente representados pelo saldo de contas a receber de clientes.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros designados ao seu valor justo em seu reconhecimento inicial (*fair value option*):

O IAS 39 permite que uma entidade designe um passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado em seu reconhecimento inicial, quando:

- A aplicação do *fair value option* reduz ou elimina um descasamento contábil que ocorreria caso a mensuração dos ativos e passivos financeiros fosse realizado em separado com bases diferentes;
- Um grupo de ativos e/ou passivos financeiros é gerido conjuntamente e seu desempenho é medido com base nos valores justos, de acordo com as políticas e estratégias de gestão de riscos e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há saldos desta categoria reconhecidos na Companhia.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, são representados pelos saldos demonstrados na rubrica de empréstimos e financiamentos.

a) Classificação contábil e valores justos

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros equivalem aos seus respectivos valores contábeis em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

b) Mensuração do valor justo

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, e seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2023.

c) Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco de crédito.

Estrutura do gerenciamento de risco

O Conselho de Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

Risco de liquidez

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros/remuneração, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Cronograma de amortização da dívida

A seguir estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Menos de 3 meses	De 04 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	278	744	1.147	2.168
Debentures	-	18.485	293.234	311.719
Fornecedores e outras contas a pagar	8.439	25.319	16.194	49.951
Total	8.716	44.548	310.575	363.839

i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser relativo às tarifas. A Companhia não tem importações ou exportações de insumos ou serviços e não apresenta em 31 de dezembro de 2023 ativos ou passivos em moeda estrangeira, conseqüentemente, não apresentando exposição a riscos cambiais. A Companhia também não tem ações negociadas em mercado.

Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros é o risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido às alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas e/ou alterações na política monetária no mercado interno.

Essa exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem os passivos da Companhia indexados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres). O contrato de concessão prevê a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro.

iii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), de financiamento e depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco avaliadas por agências independentes de *rating*. Os saldos contábeis representam a exposição máxima ao risco de crédito.

d) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI - Certificado de Depósito Interbancário e TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, principal exposição de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros a essa variável são apresentadas a seguir:

- Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e TJLP.

- Seleção dos cenários

A Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I), adotamos a taxa de juros CDI e TJLP de acordo com as informações obtidas na CETIP e BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em 31 de dezembro de 2023.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e TJLP, foram consideradas uma alta de 25% sobre o cenário provável (Cenário I) como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

- Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa do CDI e TJLP é apresentada a seguir:

Risco de taxa de juros sobre passivos financeiros - apreciação das taxas

Instrumentos	Exposição 31/12/2023	Risco	Taxa de juros efetiva	Cenários					
				Provável (I)		Aumento do índice em 25% (II)		Aumento do índice em 50% (III)	
				%	Valor	%	Valor	%	Valor
Debentures	311.719	Aumento IPCA	4,46	4,46	13.903	5,58	17.394	6,69	20.854

A Companhia não apresenta quadro de sensibilidade de suas aplicações financeiras, pois entende que o risco atrelado a essas aplicações não são materiais nas informações trimestrais em 31 de dezembro de 2023 .

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

e) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor ao acionista.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode ajustar o pagamento de dividendos aos acionistas ou emitir novas ações.

19. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2023, estavam contratados os seguros demonstrados a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura - R\$
Responsabilidade civil	Outubro/2021 a outubro/2024	25.000
Engenharia	Maio/2021 a outubro/2024	177.093
Operacionais	Maio/2022 a maio/2023	65.542
Garantia	Março/2022 a março/2024	84.694

Em virtude da aquisição de veículos pesados para a operação da Rodovia, foram contratadas coberturas de responsabilidade civil contra terceiros (danos materiais, corporais e morais).

20. Benefícios a empregados

Em 6 de janeiro de 2012, a Controladora firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev., cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

. A Transbrasiliana aderiu ao Plano de Previdência em julho de 2016, sendo que as contribuições da Companhia e dos funcionários no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 totalizaram R\$ 445 e R\$ 372, respectivamente

21. Remuneração dos diretores

A seguir o valor total de remuneração atribuído aos diretores:

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Pró-labore	2.075	1.895
Encargos sociais	48	572
Benefícios diretos e indiretos	346	453
Participação nos resultados	881	1.071
Total	3.350	3.991

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais e diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

23. Risco regulatório

A Companhia desconhece quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da Rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

Importante ressaltar, que a Companhia se encontra coberta com apólice de seguros conforme apresentado na nota explicativa nº 19.

24. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a) Decorrente da verba de fiscalização

Refere-se à verba de fiscalização recolhida à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) ao longo de todo o prazo da concessão, com o objetivo de cobrir as despesas de fiscalização da concessão. O valor do pagamento anual é de R\$4.424, dividido em 12 parcelas iguais e mensais e o valor é corrigido com base no mesmo índice e na mesma data da tarifa básica de pedágio. Esses compromissos, com base nas estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2023, estão assim distribuídos:

Ano	Valor
2024	1.475
2025	4.424
2026 até 2032	30.967
	36.865

Não existem verbas variáveis adicionais a serem pagas à ANTT.

Investimentos - PER (Programa de Exploração da Rodovia)

De acordo com o Programa Nacional de Concessão de Rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão, sendo que a previsão, em 31 de dezembro de 2023, os investimentos a serem realizados até o prazo final da concessão totaliza R\$278.506, demonstrados conforme abertura abaixo:

Ano	Valor
2024	34.663
2025	28.868
2026	19.089
2027	20.398
2028 até 2033	175.488
	278.506

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

Notas explicativas em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Termo de Acordo de Conduta (TAC)

A Companhia firmou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com a ANTT, nos termos em que prevê a Resolução ANTT nº 4.071/2013, visando medidas de compensação de penalidades verificadas no âmbito de Processos Administrativos Simplificados (PAS) no valor de R\$ 31.597 em obras ou serviços voltados à melhoria da rodovia.

Do montante total de investimento em obras previstas no TAC, a Companhia realizou a compensação tarifária no valor de R\$ 6.159 na 9ª Revisão Ordinária ocorrida em 18 de dezembro de 2016.

Conforme Ofício nº 394/2017/GEINV/SUINF/ANTT da ANTT, concluiu-se que na 10ª Revisão Ordinária realizada em 23/12/2017, o valor de R\$15.247 foi aplicado para compensação tarifária.

Finalmente, resta a obrigação da Companhia pela execução da obra do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) no Km 339, estimado em R\$ 13.079 pela Concessionária. O cronograma da referida obra está em consonância com reprogramações aprovadas pela Agência Nacional dos Transportes Terrestres – ANTT, de modo que se encontra adimplente com o referido Termo.

Cumprir informar que a obra do TAC que se refere a Melhoria de Acesso localizada no km 150+900 metros na BR-153/SP foi concluída em 07 de dezembro de 2018, conforme carta TBR 1140/2018 protocolada sob nº 50515.081696/2018-72 na data de 18 de dezembro de 2018.

Adicionalmente e, consoante às reprogramações realizadas, informamos que através do Ofício SEI nº 35647/2022/SUROD/DIR-ANTT a ANTT deferiu a reprogramação do dispositivo da Faculdades Integradas de Ourinhos (FIO) para que conste como início de obra em Outubro/2022 e término de obra em Julho/2024, bem como, foram solicitadas novas reprogramações, sendo o mais recente pedido em 09/10/2023, a fim de que, com o base neste último pedido, o início da obra ocorra em outubro de 2023 e término em julho de 2025, que sem prejuízo de eventuais novos outros pedidos subsequentes que se fizerem necessários.

Por fim, sobre o assunto cumprir ressaltar que há solicitação de exclusão da referida obra, da qual houve manifestação quanto ao deferimento pela ANTT, consubstanciado pelo entendimento quanto a viabilidade técnica e contratual acerca da proposta para exclusão, com a respectiva reversão à modicidade tarifária, cujas tratativas estão em finalização junto à Agência.
